DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, quarta-feira, 31 de dezembro de 1986 SUPLEMENTO (I) ANO XI — Nº 249

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 10.046, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

Aprova as Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

DECRETO Nº 10.047, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

Aprova a Codificação e Interpretação da Despesa Orçamentária do Distrito Federal.

DECRETO Nº 10.048, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

Aprova a Programação Financeira de Desembolso para o exercício financeiro de 1987.

DECRETO Nº 10.049, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

Aprova as Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias relativas ao exercício de 1987.

DECRETO Nº 10.050, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

Aprova para o exercício de 1987 os Orçamentos Sintéticos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta.

DECRETO Nº 10.051, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

Fixa teto de aplicação de recursos destinados a dispendios com bens e/ou serviços de origem estrangeira.

DECRETO Nº 10.052, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

Aprova o detalhamento dos Projetos e Atividades constantes da Lei nº 7.546, de 03 de dezembro de 1986.

DECRETO Nº 10046 DE 31 DE dezembro DE 1986

Aprova as Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960.

D E C R E T A :

Art. 1º - A execução orçamentária e financeira do Distrito Federal será realizada em conformidade com a legislação pertinente à matéria e o que dispõe o presente Decreto.

CAPÍTULO I
DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Art. 2º - A Programação Financeira do Distrito Federal será elaborada com base na estimativa do ingresso da receita e no comportamento da arrecadação de exercícios anteriores.

Art. 3º - Objetiva a Programação Financeira que se mantenha, durante o exercício, equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

Parágrafo Único - A Programação Financeira será periodicamente revista, de modo a manter-se atualizada, observadas as alterações de conjuntura que possam afetar a arrecadação da receita.

Art. 4º - A Programação Financeira será fixada, por Decreto em Cotas Trimestrais Globais.

Art. 5º - Cabe à Secretaria de Finanças elaborar a Programação Financeira do Distrito Federal.

CAPÍTULO II
DAS COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

Art. 6º - As Cotas Trimestrais de Despesa objetivarão assegurar às Unidades Orçamentárias a soma de recursos necessários e suficientes à execução de seus programas de trabalho e fixarão o montante global que cada Unidade fica autorizada a empenhar em cada trimestre.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo, os empenhos por estimativa e globais, cuja dedução da Cota Trimestral será efetuada pelo valor das requisições de pagamento.

§ 2º - As Cotas Trimestrais de Despesa basear-se-ão:

I - na Programação Financeira;

II - no detalhamento do programa de trabalho;

III - nos créditos adicionais.

Art. 7º - As Cotas Trimestrais de Despesa deverão ser propostas pelas Unidades Orçamentárias, consoante instruções da Secretaria do Governo, em Grupo de Despesa - "Pessoal e Encargos Sociais","Outras Despesas Correntes" e "Despesas de Capital", e remetidas àquela Secretaria com antecedência mínina de 15 (quinze) dias antes do início de cada trimestre.

Art. 8º - As Cotas Trimestrais de Despesas serão elaboradas pela Secretaria do Governo, com base nos limites fixados na Programação Financeira e no detalhamento do programa de trabalho de cada Unidade Orçamentária, aprovadas por Decreto, e publicadas até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao de sua vigência.

Art. 9º - As Cotas Trimestrais de Despesa poderão ser revistas, a critério da Secretaria do Governo, na primeira quinzena do trimestre subseqüente, para reprogramação do saldo da Cota Trimestral anterior, uma vez justificado por escrito o não cumprimento do programa de trabalho, até o dia 05 (cinco) do mês seguinte.

§ 1º - A justificativa de que trata este artigo será dispensada, quando o saldo da Cota Trimestral referente aos Grupos "Outras Despesas Correntes" e "Despesas de Capital", for inferior a 2% (dois por cento) do montante da cota fixada para esses Grupos de Despesa, no Trimestre.

§ 2º - Os saldos das despesas de "Pessoal e Encargos Sociais" serão automaticamente incorporados pela Secretaria do Governo à cota do trimestre seguinte, sem as exigências deste artigo.

Art. 10 - Em caráter excepcional, devidamente justificado pelo titular da Unidade Orçamentária, o valor da Cota Trimestral de Despesa fixada para os Grupos "Outras Despesas Correntes" e "Despesas de Capital" poderá exceder, em cada trimestre, até 5% (cinco por cento) do valor da Cota Trimestral de Despesa da Unidade Orçamentária, com reprogramação da respectiva Cota Trimestral de Despesa, por Decreto, mediante proposta da Secretaria do Governo.

Art. 11 - Os Decretos de abertura de Créditos Especiais e Suplementares indicarão as Cotas Trimestrais de Despesa correspondentes.

Art. 12 - Aprovadas as Cotas Trimestrais de Despesa, os dirigentes das Unidades Orçamentárias destacarão, através da "Nota de Destaque de Recursos da Cota Trimestral - NDR", o valor total da Cota Trimestral, aos Órgãos movimentadores de dotações, por projeto e/ou atividade e elemento de despesa.

§ 1º - Os valores inicialmente destacados, nos termos deste artigo, poderão ser modificados em função do cumprimento do programa de trabalho a cargo da Unidade.

§ 2º - Respeitado o limite orçamentário, as despesas com "Pessoal e Encargos Sociais" poderão exceder, em até 10% (dez por cento), os valores estabelecidos para o trimestre, sem necessidade de alteração da Cota Trimestral.

Art. 13 - Uma Via da NDR deverá ser remetida, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, aos Órgãos Centralizadores da movimentação de dotações, à Coordenação do Sistema de Orçamento e ao Departamento da Despesa.

Art. 14 - Independentemente de apreciação pela Secretaria do Governo, de pedido de reprogramação de saldo da Cota Trimestral de Despesa anterior, na forma do artigo 9º, os dirigentes das Unidades Orçamentárias poderão destacar as parcelas trimestrais para atendimento dos compromissos das Unidades no período seguinte, sem utilização do saldo do período encerrado.

CAPÍTULO III
DOS CONVÊNIOS E CONTRATOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 15 - Os titulares das Unidades Orçamentárias ficam autorizados a assinar, pelo Distrito Federal, Contratos e Convênios relativos às suas respectivas áreas.

§ 1º - A autorização de que trata este artigo fica restrita aos casos cujos recursos já estejam incorporados ao orçamento do Distrito Federal.

§ 2º - Quando o Contrato ou Convênio referir-se a recursos de uma Unidade Orçamentária e a aplicação estiver a cargo de outra Unidade, os referidos instrumentos serão assinados pelos respectivos titulares.

Art. 16 - Nos casos previstos no artigo anterior será obrigatória a utilização de minuta padrão de Contrato ou Convênio, conforme formulários aprovados pelo Governador.

Parágrafo Único - A obrigatoriedade de que trata o presente artigo é extensiva apenas aos ajustes firmados com entidades da Administração do Distrito Federal

tário e observadas as normas que regulam a apuração do resultado do exercício financeiro, os contratos ou convênios para execução de projetos, obras ou serviços de engenharia, poderão ter vigência correspondente ao prazo previsto para sua execução, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos e os relativos aos demais serviços serão firmados pelo valor da etapa física a ser executada até 31 de dezembro de cada exercício financeiro.

Parágrafo Único - As etapas físicas cuja execução esteja prevista para ser cumprida em exercício subseqüente, deverão ser objeto de termo aditivo, observado o disposo no art. 49.

Art. 18 - No caso de Contrato ou Convênio em que seja exigida contrapartida de recursos ou que se vincule a transferência a ser efetuada ao Distrito Federal, serão ouvidas previamente as Secretarias do Governo e de Finanças, que se manifestarão, no prazo de até 5(cinco) dias, sobre os aspectos orçamentários e financeiros, respectivamente.

§ 1º - As Unidades Orçamentárias encaminharão às Secretarias do Governo e de Finanças, juntamente com a minuta de Contrato ou Convênio o respectivo Plano de Aplicação, Cronograma de Desembolso e demais documentos que o integrem.

§ 2º - Na celebração de Convênios, Contratos, Acordos, Ajustes, Aditivos ou quaisquer outros instrumentos contratuais que envolvam compromissos financeiros de responsabilidade do Governo do Distrito Federal, através da participação de órgão da Administração Direta, entidades da Administração Indireta e Fundações, deverá haver, sempre, a interveniência das Secretarias do Governo e de Finanças, para fins de exame da viabilidade econômica, orçamentária e financeira do objeto do pacto.

§ 3º - As negociações que antecedem à formalização dos atos contratuais deverão ser assistidas por representantes das referidas Secretarias de Estado.

§ 4º - Os Contratos ou Convênios firmados por Entidades da Administração Indireta e Fundações que recebem transferências à conta do orçamento do Distrito Federal, somente poderão ser firmados apos prévia audiência da Secretaria do Governo e de Finanças.

Art. 19 - As receitas de Convênios serão escrituradas como receitas do Distrito Federal e indicadas como fonte de recursos para financiamento de abertura de créditos adicionais, objetivando a execução do Convênio.

§ 1º - As despesas bancárias com transferências de recursos de Convênios correrão à conta dos mesmos, salvo disposição em contrário.

nação do Sistema de Orçamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, cópia do aviso bancário dos recursos referidos neste artigo.

Art. 20 - Os contratos de prestação de serviço de assistência técnica e/ou aquisição de equipamento de origem estrangeira somente serão celebrados dentro dos limites fixados previamente pela Secretaria do Governo, observada a legislação específica.

Art. 21 - Somente poderão ser firmados Convênios e Contratos que acarretem despesas, quando compatíveis com as Cotas Trimestrais de Despesa fixadas, e, em se tratando de execução de obras, tenham os projetos de engenharia e arquitetura aprovados.

§ 1º - Nos Convênios firmados com Entidades da Administração Indireta do Distrito Federal, para execução de obras ou serviços de engenharia, poderá incumbir-se a Entidade convenente da elaboração do projeto final de engenharia e arquitetura, tomando-se por base para o Convênio o anteprojeto previamente elaborado.

§ 2º - Fica vedada a assinatura de Convênios ou Contratos que:

I - façam referência a prazo e condições para entrega de recursos sem fixar a correspondente contrapartida física;

II - transfiram total ou parcialmente os recursos, sem a contrapartida física;

III - não especifiquem as obras ou os serviços a serem executados.

§ 3º - O pagamento de cada parcela deverá obedecer ao cronograma físico-financeiro estabelecido e ao que dispõe o artigo 21.

Art. 22 - Para todos os ajustes designar-se-á de forma expressa:

I - o valor da Taxa de Administração, quando for o caso;

II - executor, que terá acesso ao trabalho, cabendo-lhe supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, apresentando relatórios quando do término de cada etapa ou quando solicitado pelo contratante;

III - que a supervisão técnica, quando se tratar de Convênio ou Contrato de Obra é do Departamento de Programação e Controle de Obras - SVO, exceto nas Administrações Regionais, cuja supervisão ficará a cargo da respectiva Divisão de Obras ou Órgão equivalente.

§ 2º - É facultada a indicação de um mesmo executor para mais de um Convênio ou Contrato.

§ 3º - É da competência e responsabilidade do executor:

I - verificar se o custo e o andamento das obras e serviços se desenvolvem de acordo com a ordem de serviço respectiva;

II - dar ciência ao Órgão ou Entidade contratante, sobre:

a) ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;
b) as alterações necessárias no projeto, quando se tratar de obra ou serviço de engenharia, e sua influência no custo previsto.

III - atestar a conclusão das etapas ajustadas;

IV - remeter até o dia 5(cinco), do trimestre subseqüente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços contratados:

a) ao Órgão ou Entidade contratante, que encaminhará cópia à Coordenação do Sistema de Orçamento até o dia 10 (dez);
b) ao Órgão responsável pela supervisão técnica.

V - receber obras e serviços, ouvido o Órgão responsável pela supervisão técnica;

VI - verificar o perfeito entrosamento das etapas, de forma que os serviços não sejam prejudicados.

§ 4º - A supervisão técnica de que trata o inciso III deste artigo, consiste no acompanhamento das obras e serviços de engenharia, com o objetivo de assegurar a fiel execução do projeto.

§ 5º - A supervisão de que trata o inciso III, não abrange os serviços de conservação, manutenção e reforma.

Art. 23 - Cópia do Convênio ou contrato celebrado será entregue pelo Órgão ou Entidade convenente ou contratante, juntamente com a via do respectivo cronograma físico-financeiro e projeto da obra ou serviço:

I - ao executor para o exercício de suas atribuições;

II - ao agente financeiro do Órgão, para fins de acompanhamento da obra e requisição de pagamento;

III - ao agente de planejamento para acompanhamento da programação;

IV - ao Departamento da Despesa para programação do pagamento;

V - à Coordenação do Sistema de Orçamento, para acompanhamento físico-financeiro;

VI - ao Órgão encarregado da supervisão técnica, para controle;

VII - à Divisão de Contabilidade, para registro.

Parágrafo 1º - Para fins de acompanhamento físico co por parte da Coordenação do Sistema de Orçamento a obrigatoriedade determinada neste artigo incide, inclusive, sobre as obras custeadas com recursos próprios das Entidades da Administração Indireta e Fundações.

Parágrafo 2º - O acompanhamento Físico-Financeiro de que trata o parágrafo 1º, será realizado atravez de processamento eletrônico de dados, necessitando para tanto que as unidades orçamentárias, encaminhe mensalmente a Coordenação do Sistema de Orçamento o Boletim de Realizações de Projetos Executivos-Metas-BRP, conforme modelo.

Art. 24 - Após o conhecimento do cronograma físico-financeiro ou documento equivalente da obra ou serviço, o titular da unidade orçamentária expedirá a Ordem de Serviço, conforme modelo anexo, a qual terá a seguinte destinação:

I - 1ª via - Destinatário da Ordem de Serviço;

II - 2ª via - Departamento da Despesa;

III - 3ª via - Coordenação do Sistema de Orçamento;

IV - 4ª via - Arquivo do Órgão emitente.

Art. 25 - A execução de etapa de obra, serviço ou o recebimento de equipamento, serão certificados pelo executor ou responsável mediante a emissão de Atestado de Execução, conforme modelo anexo.

§ 1º - No atestado de Execução se especificará detalhadamente o equipamento recebido, o serviço ou a obra executada, o valor e sua localização, e será encaminhado em 3(três) vias diretamente ao Departamento da Despesa.

Departamento da Despesa remeterá, diretamente, a 2ª e 3ª vias do atestado, no prazo de 24(vinte e quatro) horas do recebimento, respectivamente, à Coordenação do Sistema de Orçamento e à Divisão de Contabilidade.

§ 3º - A via destinada à Divisão de Contabilidade será acompanhada de cópia da documentação fiscal correspondente.

Art. 26 - O inadimplemento de etapas ajustadas será comunicado, pelo executor, diretamente ao titular da Unidade Orçamentária, ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Orçamento.

Art. 27 - As prestações de contas de recursos de Convênios deverão ser remetidas pelos respectivos órgãos controladores à Secretaria de Finanças.

CAPÍTULO IV
DO ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO

Art. 28 - Compete à Coordenação do Sistema de Orçamento, o acompanhamento físico-financeiro do Orçamento-Programa do Distrito Federal e a elaboração de relatórios da execução das Unidades Orçamentárias.

Parágrafo Único - O objetivo do acompanhamento é descrever, analisar e avaliar o comportamento da execução dos projetos e atividades do Orçamento do Distrito Federal, de acordo com as instruções aprovadas pelo Secretário do Governo, bem como obter um fluxo de informações que possibilitem os reajustamentos da execução dos planos setoriais e globais do Governo.

CAPÍTULO V
DOS RECURSOS VINCULADOS

Art. 29 - Respeitadas as vinculações a funções de Governo, previstas na legislação específica, os recursos vinculados serão alocados às Unidades Orçamentárias pela Secretaria do Governo.

Art. 30 - Os recursos vinculados serão indicados por fonte, em codificação própria, no Quadro de Detalhamento da Despesa das Unidades Orçamentárias por projeto ou Atividade e elemento do Despesa.

§ 1º - A utilização dos recursos referentes ao Imposto sobre os Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas (ISTR) dependerá de plano de aplicação, elaborado pela Secretaria de Viação e Obras.

§ 2º - O plano de aplicação deverá ser submetido à aprovação do Governador, por intermédio da Secretaria do Governo.

mento da Despesa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, aos seguintes Órgãos:

I - Coordenação do Sistema de Contabilidade;
II - Coordenação do Sistema de Orçamento.

§ 1º - As despesas bancárias, com as transferências de recursos vinculados, correrão à conta dos respectivos projetos e/ou atividades, devendo o Departamento da Despesa informá-las aos Órgãos interessados, a fim de que providenciem o empenho.

§ 2º - Quando os recursos financiarem mais de um projeto e/ou atividades, as despesas bancárias deverão ser rateadas proporcionalmente.

Art. 32 - A aplicação dos recursos vinculados deverá ser demonstrada nas contas anuais da Entidade responsável por sua aplicação.

Parágrafo Único - No caso dos recursos do ISTR, cuja utilização depende de plano de aplicação, deverá, ainda, ser efetuada prestação de contas ao Órgão que os liberou.

CAPÍTULO VI
DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 33 - São créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 34 - Os créditos adicionais classificam-se:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária;
III - extraordinários, os destinados a atender a despesas imprevisíveis e urgentes como as decorrentes de guerra, subversão interna ou calamidade pública.

Art. 35 - Compete aos Secretários de Estado ou autoridades equivalentes proporem ao Governador, abertura de créditos adicionais em favor das Unidades Orçamentárias de que são titulares e dos Órgãos Relativamente Autônomos integrantes da estrutura básica dos respectivos órgãos.

telite do Núcleo Bandeirante, do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento e da Ceilândia, serão formulados ao Secretário do Governo.

§ 2º - No interesse do programa de trabalho, a abertura de crédito adicional poderá também ser proposta ao Governador pelo Secretário do Governo.

Art. 36 - Os pedidos de abertura de créditos adicionais serão feitos mediante utilização do formulário "Solicitação de Créditos Adicionais", conforme modelo anexo e serão encaminhados à SEG, observado o disposto no artigo anterior e conterá os seguintes elementos:

I - justificativa circunstanciada de sua necessidade;
II - justificativa pormenorizada sobre a fonte de recursos indicada para financiar o crédito solicitado;
III - indicação do reajuste das Cotas Trimestrais em função do crédito solicitado.

§ 1º - Necessária a abertura de crédito adicional e não havendo possibilidade de indicação de fonte de recursos para financiá-la, o titular da Unidade interessada diligenciará junto à Secretaria do Governo para obtenção dos recursos.

§ 2º - As dotações consignadas para atendimento de despesa com "Pessoal e Encargos Sociais" não poderão ser indicadas como compensação para atender despesas de outra natureza.

§ 3º - Fica vedada a abertura de créditos adicionais a elemento de despesa que já tenha sido anulado como fonte de recursos à abertura de crédito adicional anterior, salvo para despesas com "Pessoal e Encargos Sociais" e aquele financiado com receita oriunda de Contrato ou Convênio ou quando expressamente autorizados pelo Governador, ouvida previamente a Secretaria do Governo.

Art. 37 - Nos pedidos de abertura de créditos adicionais destinados às despesas classificáveis no Grupo "Outras Despesas Correntes", serão levados em consideração os índices gerais de preços estabelecidos para cada espécie de despesa, no mês da solicitação.

Parágrafo Único - Quando o valor do pedido de crédito adicional extrapolar os índices referidos neste artigo, o titular da Unidade Orçamentária deverá anexar detalhamento pormenorizado dos fatores de incremento físico que deram origem ao crescimento da despesa.

Art. 38 - As solicitações para abertura de créditos adicionais serão apresentadas à Secretaria do Governo utilizando-se o formulário próprio e nos termos dos artigos precedentes, para cada grupo de Despesa (Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital) separadamente, a nível de elemento, objetivando o exame e pronunciamento pela Secretaria do Governo e posterior aprovação do Governador.

§ 1° - Compete à Secretaria do Governo:

I - análise do pedido, quanto a sua compatibilização com as diretrizes do Governo;

II - exame da repercussão do pedido sobre o equilíbrio entre a receita e a despesa do exercício;

III - registro e preparação dos atos a serem submetidos ao Governador.

§ 2° - Os pedidos de abertura de créditos adicionais obedecerão os seguintes prazos:

I - a partir de janeiro de cada exercício, os destinados a atender despesas de pessoal e encargos sociais, os decorrentes de crédito adicional aberto ao Distrito Federal pela União, os créditos extraordinários e os oriundos de Contrato ou Convênio;

II - a partir de abril e até 31 de outubro de cada exercício, os demais casos.

§ 3° - Os pedidos de abertura de créditos adicionais fora dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, dependerão de expressa autorização do Governador.

Art. 39 - A abertura de crédito adicional financiado com recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias alocadas a Órgãos diferentes daquele a que for destinado o crédito, depende de prévia aquiescência dos titulares das Unidades cedentes.

Art. 40 - O disposto no artigo anterior não se aplica quando, na forma do parágrafo único, do artigo 66, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, se tratar de redistribuição das parcelas das dotações de pessoal:

I - de uma para outra Unidade Orçamentária em conseqüencia de movimentação de pessoal;

II - do elemento de despesa "3.1.1.0 - pessoal" para "3.2.5.0 - Transferências a Pessoas", em decorrência da inatividade de servidores;

III - reciprocamente, do elemento de despesa "3.1.1.0 - Pessoal" para "3.2.1.1 - Transferências Operacionais" e para "3.2.1.2 - Subvenções Econômicas" em virtude de movimentação de Pessoal entre Órgãos e Entidades do Conjunto Administrativo do Distrito Federal.

Art. 41 - O ato de abertura de crédito adicional fará referência expressa a:

I - Unidade Orçamentária;
II - Função, Programa, Subprograma, Projeto e/ou Atividade, Fonte de Recursos e Natureza da Despesa;
III - Cota Trimestral de Despesa.

Art. 42 - Os créditos adicionais referentes às receitas vinculadas, de Contratos e de Convênios, serão abertos pelo valor dos recursos correspondentes ao exercício, fazendo-se ressalva de que a despesa será ajustada ao valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão, ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

CAPÍTULO VII
DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E FUNDAÇÕES

Art. 43 - As Entidades da Administração Indireta e Fundações deverão encaminhar suas propostas de orçamento e programa de trabalho à aprovação do Governador, por intermédio da Secretaria de Estado a que se vincule, observadas as instruções baixadas pela Secretaria do Governo.

Art. 44 - Os orçamentos das Entidades da Administração Indireta e Fundações, contemplados com transferências à conta do Orçamento do Distrito Federal, somente poderão ser alterados:

I - por Decreto:

a) quando se tratar de utilização de excesso de arrecadação, exceto, quando proveniente de crédito adicional;
b) quando, sem acréscimo da receita, por anulação total ou parcial de dotações, ocorrer alteração do programa de trabalho.
c) quando se tratar de utilização de "superávit" financeiro, apurado em Balanço Patrimonial;

II - por ato próprio da Entidade, nos demais casos.

§ 1º - As alterações previstas nas alíneas "a" e "b", do inciso I deste artigo, serão solicitadas à Secretaria do Governo, por intermédio da Secretaria a que se vinculem, até o dia 30 de novembro, excetuando-se as expressamente autorizadas pelo Governador, após esta data.

§ 2º - Nos casos previstos na alínea "c", além do que preceitua o § 1º, deverá ser ouvida previamente a Secretaria de Finanças, devendo a solicitação estar acompanhada da demonstração do "superávit" financeiro apurado em Balanço Patrimonial, bem como suas vinculações, se houver.

§ 3º - O "superávit" financeiro apurado em Balanço Patrimonial será aplicado prioritariamente no custeio das despesas com "Pessoal e Encargos Sociais", exceto no caso de recursos com destinação específica ou mediante autorização expressa do Governador para aplicação em despesa de outra natureza.

§ 4º - As alterações previstas no inciso II deverão ser encaminhadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, às Coordenações dos Sistemas de Orçamento e de Contabilidade, e ao Diário Oficial do Distrito Federal, para publicação.

§ 5º - Fica vedado o reforço a elementos de despesas, que já tenham anteriormente, financiado alterações de orçamento, salvo para despesa de "Pessoal e Encargos Sociais" e aqueles financiados com receita oriunda de Contrato ou Convênio ou quando expressamente autorizadas pelo Governador, ouvida previamente a Secretaria do Governo.

§ 6º - Fica vedada a apreciação de pedido de alteração de Orçamento das Entidades de que trata o presente artigo, que tenham por objeto, decréscimo de qualquer item de receita prevista no orçamento inicial.

§ 7º - Os pedidos de abertura de créditos adicionais a dotações consignadas no orçamento do Distrito Federal, destinadas ao atendimento de despesas das Entidades da Administração Indireta e Fundações, serão formulados pelos titulares das respectivas Entidades ao Secretário a que se vinculem, observado o disposto no artigo 36 e parágrafos.

§ 8º - As alterações de orçamento previstas neste artigo, deverão ser objeto de comunicação a Coordenação do Sistema de Orçamento, na forma do modelo próprio no prazo de 24 horas.

Art. 45 - Os relatórios de acompanhamento da execução da programação de trabalho aprovados, deverão ser encaminhados a Coordenação do Sistema de Orçamento, por intermédio da Secretaria de Estado a que se vinculem, em observância às instruções baixadas pelo Secretário do Governo.

§ 1º - A liberação de recursos às Entidades mencionadas neste Capítulo ficará condicionada à apresentação do relatório de que trata este artigo e do atestado a que se refere o artigo 25.

§ 2º - A Coordenação do Sistema de Orçamento comunicará ao Departamento da Despesa o não cumprimento do disposto no "caput" deste artigo.

CAPÍTULO VIII
DA ADMINISTRAÇÃO DE CRÉDITOS

Art. 46 - São competentes para administrar créditos na qualidade de ordenadores de despesa, obedecida a legislação específica:

I - os dirigentes das Unidades Orçamentárias;
II - O Secretário de Comunicação Social, quanto às despesas com publicações e divulgações;
III - o Diretor do Departamento da Despesa, quanto às Despesas de Exercícios Anteriores, Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público, Encargos da Dívida Interna e Amortizações da Dívida Interna;
IV - o Coordenador do Sistema de Material, quanto às despesas com Material de Consumo, Equipamentos e Material Permanente;
V - O Diretor do Departamento de Administração de Pessoal, quanto às despesas de pessoal, de Transferências a pessoas e de obrigações patronais;
VI - o Coordenador do Sistema de Administração de Próprios, quanto às despesas com Água e Esgoto e com Energia Elétrica.
VII - O Sub-Chefe do Gabinete Civil quanto as despesas do Gabinete do Governador.

§ 1º - Ficam excetuadas do disposto nos incisos II, III, IV e VI deste artigo, as dotações consignadas aos Órgãos Relativamente Autônomos e à Secretaria de Segurança Pública e no inciso IV as dotações consignadas às Administrações Regionais, às Administrações da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento e de Ceilândia.

§ 2º - O disposto no § 1º deste artigo não exime a a supervisão dos Órgãos Centrais dos Sistemas de Apoio, de Material e de Administração de Próprios.

Art. 47 - Da competência para administrar creditos, observadas as disposições legais, decorrem as atribuições de:

I - autorizar a realização de despesa e determinar a emissão de Nota de Empenho;

II - determinar a realização de licitação ou dispensá-la quando for o caso;

III - autorizar a concessão de suprimento de fundos.

§ 1º - O ato de dispensa de licitação a que se refere o inciso II, deste artigo, indicará o nome do favorecido e o fundamento legal em que se baseou.

§ 2º - A autoridade administradora de créditos não poderá autorizar despesas em seu favor, salvo nos casos de vencimentos e vantagens e de despesas de viagem.

Art. 48 - Será centralizada a movimentação das dotações orçamentárias abaixo especificadas, nos seguintes Órgãos:

I - Divisão de Pessoal - SEA
- 3.1.1.0 - Pessoal;
- 3.1.1.3 - Obrigações Patronais;
- 3.2.5.0 - Transferências a Pessoas;
- 3.2.5.9 - Outras Transferências a Pessoas;
  - 01 - Abono Familiar.

II - Divisão de Inativos - SEA
- 3.2.5.0 - Transferências a Pessoas (Pessoal Inativo e Pensionistas);
- 3.2.5.9 - Outras Tranferências a Pessoas;
  - 02 - Auxílio Funeral.

III - Divisão de Programação e Controle - SEA
- 3.1.2.0 - Material de Consumo;
- 4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.

IV - Divisão de Liquidação - SEF
- 3.1.9.2, 3.2.9.2, 4.1.9.2, 4.2.9.2 e
- 4.3.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores.
- 3.2.6.0 - Encargos da Dívida Interna;
- 3.2.8.0 - Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;
- 4.3.5.0 - Amortização da Dívida Interna.

V - Divisão de Controle de Imóveis - SEA
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos
42 - Água e Esgoto;
44 - Energia Elétrica.

Parágrafo Único - A centralização de que trata este artigo não se aplica aos Órgãos Relativamente Autônomos e à Secretaria de Segurança Pública, e no caso do inciso III, as Administrações Regionais, às Administrações da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento e de Ceilândia.

CAPÍTULO IX
DO EMPENHO

Art. 49 - Nenhuma despesa poderá ser realizada, sem prévia autorização dos ordenadores de que trata o artigo 46.

§ 1º - A autorização de que trata este artigo deverá ser precedida das seguintes informações da Seção de Orçamento e Finanças ou Órgão equivalente quanto a:

I - propriedade de imputação da despesa;
II - existência de crédito orçamentário suficiente para atendê-la;
III - limite da despesa na programação trimestral da unidade.

§ 2º - É vedado realizar despesa orçamentária custeada através de fonte de receita própria ou vinculada além do limite da efetiva e correspondente arrecadação.

§ 3º - Serão responsáveis por despesas efetivadas, com inobservância do disposto neste artigo, as autoridades que lhes derem causa.

§ 4º - O Departamento da Despesa não aceitará nenhuma Nota de Empenho, emitida em desacordo com o disposto no presente artigo.

Art. 50 - O empenho poderá ser:

I - ordinário, quando se conheça o montante da despesa, porém sem parcelamento, seja do material, serviço ou pagamento;
II - por estimativa, quando o valor total da despesa não puder ser determinado, podendo, no entanto, haver parcelamento tanto da entrega do material ou serviço, como do pagamento;
III - global, para as despesas contratuais e outras, em que se conheça o montante, porém sujeitas a parcelamento.

1004686
P. 19

Parágrafo Único - A dedução da cota trimestral das despesas empenhadas por estimativa ou global, far-se-á por ocasião da requisição do pagamento, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 61.

Art. 51 - Para cada empenho será extraído um documento denominado "NOTA DE EMPENHO" (NE) que conterá os seguintes dados:

I - número da NE, seguido dos dois últimos algarismos do ano da emissão, em ordem seqüencial, e por Órgão emissor;
II - denominação da Unidade Orçamentária;
III - código e denominação da Função, Programa, Subprograma, Projeto ou Atividade;
IV - nome e endereço do credor;
V - número e data do ato de aprovação da Cota Trimestral de Despesa e alterações posteriores;
VI - fonte de recursos;
VII - exercício a que pertence a despesa;
VIII - modalidade e número da licitação ou dispositivo legal em que se baseou a dispensa;
IX - classificação da despesa;
X - espécie de empenho;
XI - saldo anterior, valor da Nota de Empenho, e o novo saldo da dotação;
XII - saldo anterior, valor da Nota de Empenho e o novo saldo da Cota Trimestral, salvo os casos previsto no parágrafo único do artigo 50;
XIII - especificação sucinta e precisa da despesa;
XIV - importância por extenso;
XV - declaração datada e assinada pelo servidor responsável de que a despesa foi deduzida da dotação própria;
XVI - data e assinatura da autoridade emitente;
XVII - quando se tratar de Convênio ou Contrato, declaração expressa a respeito;
XVIII - quando se tratar de Convênio e recursos vinculados, discriminação da origem dos mesmos;
XIX - prazo e local de entrega.

§ 1º - É vedada a emissão de Nota de Empenho à conta de mais de um projeto e/ou atividade e fonte de recursos.

§ 2º - A emissão de Nota de Empenho será precedida de licitação, salvo se houver sido autorizada a sua dispensa, mediante ato expresso, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º - Fica dispensada de licitação a realização das seguintes despesas:

I - bancárias;
II - com serviços públicos (água, luz, telefone, franquia postal e outros);
III - de registro em cartório, custa e sentenças judiciais e honorários;
IV - com aquisição de passagens;
V - de caráter confidencial ou reservado;
VI - de prêmio, em espécie, instituído pelo Governo;
VII - com aquisição ou assinatura de jornais, revistas e periódicos;

§ 4º - No caso de emissão de Nota de Empenho para atendimento de etapas de execução de obras, que se refira a convênio ou contrato cujo valor tiver como referencial moeda estrangeira, ou LBC, deverá o histórico da mesma conter o número e objeto do convênio ou contrato.

Art. 52 - As Notas de Empenho serão emitidas, no mínimo em 06(seis) vias, que terão a seguinte destinação:

I - a primeira será entregue ao credor diretamente, mediante recibo no verso da sexta via, ou a ele remetida por ofício do Órgão emissor salvo quando a Nota de Empenho for por estimativa ou global, caso em que será observado o disposto no artigo 53;
II - a segunda será entregue diretamente ao protocolo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no prazo estabelecido por aquela Corte;
III - a terceira será entregue à Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
IV - a quarta será entregue à Divisão de Liquidação, do Departamento da Despesa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
V - a quinta será entregue à Coordenação do Sistema de Orçamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
VI - a sexta ficará arquivada no Órgão emissor.

NOTA DE EMPENHO (CONTINUAÇÃO)

N.º

2.ª VIA - TRIBUNAL DE CONTAS

ENTREGA	PRAZO	LOCAL

A DESPESA FOI AUTORIZADA E DEDUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM	VISTO EM	PARA USO DO T. C. D. F.

Art. 87 - A dívida de que trata o artigo anterior, será reconhecida pelo Secretário de Finanças.

Art. 88 - Os processos referidos no parágrafo único, do artigo 86, serão encaminhados à Secretaria de Finanças pelo titular da Unidade Orçamentária, para exame quanto ao reconhecimento da dívida.

Parágrafo Único - No caso de ser impugnada a despesa, o processo será devolvido ao Órgão de origem para apuração de responsabilidade.

Art. 89 - É competente a Secretaria de Finanças, como Órgão Central do Sistema de Controle Interno, para exercer o controle e disciplinar o tratamento de Despesas de Exercícios Anteriores.

CAPÍTULO XIV
DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS

Art. 90 - As Seções e Órgãos equivalentes dos Sistemas de Orçamento e de Contabilidade do Distrito Federal deverão:

I - manter registro por subelemento, item e subitem, dos créditos consignados a cada Projeto ou Atividade Fonte de Recursos;

II - manter atualizado, por Projeto, Atividade, Fonte de Recursos e Natureza de Despesa, o controle dos saldos dos créditos orçamentários consignados à Unidade Orçamentária a que estiverem subordinados.

Art. 91 - Os Órgãos responsáveis pela execução dos Projetos e/ou Atividades deverão:

I - manter acompanhamento físico-financeiro atualizado de cada Projeto e/ou Atividade sob sua responsabilidade;

II - solicitar, através de formulários próprios, sempre que necessário, aquisição de material ou contratação de obras ou serviços.

Art. 92 - A Coordenação do Sistema de Orçamento e o Departamento da Despesa manterão controle, através das Notas de Empenho ou documentos equivalentes e de balancetes, do registro das despesas empenhadas em cada Unidade Orçamentária, por Função, Programa, Projeto e/ou Atividade, Fonte de Recursos e Natureza de Despesa.

Art. 93 - Compete à Divisão de Arrecadação do Departamento da Receita:

I - manter atualizada a escrituração de receita arrecadada;

II - elaborar e remeter ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Orçamento, até o dia 10 (dez) de cada mês, demonstrativo da receita arrecadada no mês anterior, com discriminação por fonte de receita;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Contabilidade, os mapas discriminativos da arrecadação diária e os comprovantes de depósitos;

IV - remeter à Divisão de Contabilidade, até o dia 8 (oito) de cada mês, demonstrativo da movimentação mensal dos registros de débitos parcelados.

Art. 94 - Compete à Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais remeter à Divisão de Contabilidade, até o dia 8 (oito) de cada mês, demonstrativo da movimentação mensal da Dívida Ativa, em que conste o saldo anterior, a inscrição, o recebimento, o cancelamento ou baixa, e o saldo para o mês seguinte.

Art. 95 - Compete à Divisão de Operações Patrimoniais, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial:

I - remeter à Divisão de Contabilidade, até o dia 08 (oito) de cada mês, Demonstrativo Mensal de Baixa e de Incorporação de Bens Móveis e Imóveis;

II - remeter à Divisão de Contabilidade, até 15 (quinze) de março, o Invetário Físico Patrimonial da Administração Centralizada do Distrito Federal, do exercício anterior.

Art. 96 - Compete à Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade:

I - elaborar, diariamente, demonstrativo da execução orçamentária da despesa, por Unidade Orçamentária e Projeto ou Atividade, Fonte de Recursos e Elemento de Despesa;

Parágrafo Único - A dedução da cota trimestral das despesas empenhadas por estimativa ou global, far-se-á por ocasião da requisição do pagamento, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 61.

Art. 51 - Para cada empenho será extraído um documento denominado "NOTA DE EMPENHO" (NE) que conterá os seguintes dados:

I - número da NE, seguido dos dois últimos algarismos do ano da emissão, em ordem seqüencial, e por Órgão emissor;
II - denominação da Unidade Orçamentária;
III - código e denominação da Função, Programa, Subprograma, Projeto ou Atividade;
IV - nome e endereço do credor;
V - número e data do ato de aprovação da Cota Trimestral de Despesa e alterações posteriores;
VI - fonte de recursos;
VII - exercício a que pertence a despesa;
VIII - modalidade e número da licitação ou dispositivo legal em que se baseou a dispensa;
IX - classificação da despesa;
X - espécie de empenho;
XI - saldo anterior, valor da Nota de Empenho, e o novo saldo da dotação;
XII - saldo anterior, valor da Nota de Empenho e o novo saldo da Cota Trimestral, salvo os casos previsto no parágrafo único do artigo 50;
XIII - especificação sucinta e precisa da despesa;
XIV - importância por extenso;
XV - declaração datada e assinada pelo servidor responsável de que a despesa foi deduzida da dotação própria;
XVI - data e assinatura da autoridade emitente;
XVII - quando se tratar de Convênio ou Contrato, declaração expressa a respeito;
XVIII - quando se tratar de Convênio e recursos vinculados, discriminação da origem dos mesmos;
XIX - prazo e local de entrega.

§ 1º - É vedada a emissão de Nota de Empenho à conta de mais de um projeto e/ou atividade e fonte de recursos.

§ 2º - A emissão de Nota de Empenho será precedida de licitação, salvo se houver sido autorizada a sua dispensa, mediante ato expresso, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º - Fica dispensada de licitação a realização das seguintes despesas:

I - bancárias;
II - com serviços públicos (água, luz, telefone, franquia postal e outros);
III - de registro em cartório, custa e sentenças judiciais e honorários;
IV - com aquisição de passagens;
V - de caráter confidencial ou reservado;
VI - de prêmio, em espécie, instituído pelo Governo;
VII - com aquisição ou assinatura de jornais, revistas e periódicos;

§ 4º - No caso de emissão de Nota de Empenho para atendimento de etapas de execução de obras, que se refira a convênio ou contrato cujo valor tiver como referencial moeda estrangeira, ou LBC, deverá o histórico da mesma conter o número e objeto do convênio ou contrato.

Art. 52 - As Notas de Empenho serão emitidas, no mínimo em 06(seis) vias, que terão a seguinte destinação:

I - a primeira será entregue ao credor diretamente, mediante recibo no verso da sexta via, ou a ele remetida por ofício do Órgão emissor salvo quando a Nota de Empenho for por estimativa ou global, caso em que será observado o disposto no artigo 53;
II - a segunda será entregue diretamente ao protocolo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no prazo estabelecido por aquela Corte;
III - a terceira será entregue à Divisão de Contabilidade da Coordenação do Sistema de Contabilidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
IV - a quarta será entregue à Divisão de Liquidação, do Departamento da Despesa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
V - a quinta será entregue à Coordenação do Sistema de Orçamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
VI - a sexta ficará arquivada no Órgão emissor.

Parágrafo Único - Nos casos de dotações cuja movimentação seja centralizada, será extraída uma sétima via da Nota de Empenho para remessa à Seção de Orçamento e Finanças ou Órgão equivalente da Unidade Orçamentária correspondente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 53 A primeira via da Nota de Empenho por estimativa ou global ficará arquivada na repartição emissora para anotações e deduções, no verso, de cada parcela de pagamento, até seu limite ou dedução de todas as despesas e será anexada à última solicitação de pagamento.

Parágrafo Único - A emissão da Nota de Empenho por estimativa ou global será comunicada ao credor por ofício.

Art. 54 - Serão prioritariamente empenhadas, até o dia 15 de janeiro, à conta das respectivas dotações, as despesas previstas para todo o exercício com água, luz, telefone, diário oficial, combustíveis, lubrificantes, franquia postal e outras despesas compulsórias.

Art. 55 - As requisições para fornecimento de material, prestação de serviços ou execução de obras, à conta de Nota de Empenho por estimativa ou global, só poderão ser feitas observada a suficiência de saldo para atendê-las.

Art. 56 - Toda anulação de despesa reverterá ao crédito correspondente, se ocorrida no exercício, ficando os Órgãos movimentadores de dotações obrigados a emitir a Nota de Alteração de Empenho, em 06 (seis) vias, que terão o mesmo destino das Notas de Empenho, observados os prazos seguintes:

I - ao Tribunal de Contas do Distrito Federal no prazo estabelecido pela referida Corte;

II - no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

a - à Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças;

b - à Divisão de Liquidação da Secretaria de Finanças;

c - à Coordenação do Sistema de Orçamento da Secretaria do Governo;

d - à Seção de Orçamento e Finanças ou Órgão equivalente da Unidade Orçamentária respectiva, quando for o caso.

§ 1º - No caso de anulação de Nota de Empenho, o ordenador da despesa deverá justificá-la.

§ 2º - O procedimento previsto neste artigo, Aplica-se, também, aos casos de retificação, mesmo que não implique em reversão de despesa.

§ 1º - Na hipótese de Nota de Empenho por estimativa ou global, as requisições de pagamento indicarão o número desta, a Função, Programa, o Subprograma, o Projeto ou Atividade, Fonte de Recursos e o saldo anterior, o valor do pagamento, o novo saldo da Nota de Empenho e da Cota Trimestral.

§ 2º - Uma via da requisição de pagamento, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser remetida à Divisão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, da Coordenação do Sistema de Orçamento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a sua emissão.

§ 3º - Os abatimentos de preços, voluntários ou concedidos em virtude de Lei ou Contrato, devem ser demonstrados nas contas.

§ 4º - Sempre que o credor apresentar fatura, esta deverá ser acompanhada da documentação fiscal correspondente.

§ 5º - As declarações de recebimento de material ou prestação de serviço deverão constar do campo próprio da primeira via da Nota de Empenho e na primeira via da documentação fiscal correspondente.

§ 6º - Quando se tratar de execução de obras, observar-se-á o disposto no artigo 25.

§ 7º - No caso de Nota de Empenho por estimativa ou global, a declaração na primeira via será feita quando da solicitação de pagamento da última parcela devida.

Art. 62 - As contas de água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública e telefone serão apresentadas pelos concessionários diretamente ao protocolo da unidade em cuja estrutura estiver localizado o Órgão encarregado da instrução do processo de pagamento.

§ 1º - O protocolo da Unidade autuará as contas e enviará os processos ao Órgão de que trata o item anterior, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. .

§ 2º - A instrução dos processos de pagamento das contas de água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública e telefone, no âmbito da Administração Direta do Distrito Federal, será centralizada nos seguintes Órgãos:

I - na Secretaria de Serviços Públicos:
- iluminação pública - Plano Piloto e Setores.

II - na Coordenação de Administração de Próprios:
- água, esgoto e energia elétrica, relativas aos Órgãos da Administração Central e das Administrações Regionais;

§ 3º - O valor da anulação, de que trata este artigo, reverterá ainda à Cota Trimestral vigente.

Art. 57 - Os compromissos com vigência plurianual serão atendidos por crédito próprio consignado no Orçamento, devendo a despesa ser empenhada no início do exercício financeiro.

Art. 58 - É vedada a emissão de Nota de Empenho posterior a 28 (vinte e oito) de cada mês e a 21 (vinte e um) de dezembro, exceto para as despesas com "Pessoal e Encargos Sociais", as decorrentes de créditos adicionais abertos após aquelas datas, e as expressamente autorizadas pelo Governador.

Parágrafo Único - A emissão de nota de empenho na forma deste artigo, fica condicionada, em qualquer hipótese, a observância das disposições do artigo 75.

CAPÍTULO X
DA LIQUIDAÇÃO

Art. 59 - A orientação normativa, a supervisão técnica e o controle da liquidação da despesa serão exercidos pela Secretaria de Finanças, através do seu Órgão próprio.

§ 1º - Os processos e quaisquer outros documentos originários de despesas serão encaminhados à Divisão de Liquidação imediatamente após a sua formalização.

§ 2º - Ficam excetuados do disposto no parágrafo anterior os Órgãos Relativamente Autônomos e a Secretaria de Segurança Pública.

Art. 60 - A unidade administradora de crédito, processará a liquidação da despesa que tenha sido ordenada por seu titular, tomando por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito; verificando o direito adquirido pelo credor, a fim de se apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
II - a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.

Art. 61 - Após o fornecimento do material, prestação do serviço ou execução da obra, os credores apresentarão ao Órgão emissor da Nota de Empenho, independente de requerimento, para processamento da liquidação da despesa, as contas respectivas acompanhadas, quando for o caso, da primeira via da Nota de Empenho, ressalvado o disposto no artigo 62.

III - nas Divisões de Administração Geral das Secretarias:
- telefone;

IV - nas Divisões de Administração Geral dos Órgãos Relativamente Autônomos:
- água, esgoto, energia elétrica e telefone;

V - nas Administrações Regionais e ACSNB, ASRIA e Administração de Ceilândia:
- iluminação pública das respectivas regiões e telefone.

§ 3º - Além das providências determinadas nos artigos 63 e 64, os Órgãos referidos no § 2º deverão, no prazo de até 5 (cinco) dias, adotar as seguintes providências:

a - verificar se os valores constantes das contas estão compatíveis com a média de consumo registrada;

b - efetuar os registros correspondentes em ficha própria, conforme modelos anexos.

§ 4º - Quando se verificar consumo acima da média registrada, o Órgão encarregado da instrução do processo diligenciará no sentido de apurar a causa da diferença.

§ 5º - Quando se tratar de conta telefônica, havendo ligação interurbana de caráter particular, o responsável providenciará para que seja efetuado o recolhimento da importância correspondente aos cofres do Distrito Federal, antes da remessa do processo ao Órgão incumbido da liquidação e pagamento da despesa.

§ 6º - O servidor que der causa a atraso no pagamento de conta de que trata o presente artigo, responderá pelas penalidades dele decorrentes.

Art. 63 - A liquidação de despesa por fornecimento feito, ou serviços prestados terá por base as condições estabelecidas, licitação ou ato de sua dispensa, em cláusulas contratuais, ajuste ou acordo respectivo e nos comprovantes da efetiva entrega, e recebimento de material, da prestação do serviço ou da execução da obra.

Parágrafo Único - Para a liquidação da despesa é indispensável constar do processo:

I - a primeira via da Nota de Empenho, ou referência expressa ao seu número, nos casos de empenho por estimativa ou global;

II - atestado, no campo próprio da primeira via da Nota de Empenho e na 1ª via do documento fiscal, por agente credenciado do recebimento do material, da prestação de serviço ou execução da obra, salvo nos casos previstos no parágrafo 7º do artigo 61 e no parágrafo 1º do artigo 70;

III - no caso de Nota de Empenho por estimativa ou global, declaração de que a despesa foi deduzida do saldo da Nota de Empenho e dos valores para aplicação no trimestre;

IV - nome, por extenso (em carimbo ou letra de forma), número de matrícula e cargo ou função, sob as assinaturas dos servidores que o instruírem;

V - nos casos de despesas com fornecimento de passagem a servidor, cópia ou publicação do ato autorizativo da viagem, salvo nos casos previstos na legislação em vigor e, quando se tratar de convidado, indicação expressa do fato;

VI - informação do Órgão próprio de que o fornecedor ou contratante de serviço ou obra não é devedor da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Art. 64 - Após cumprido o disposto no artigo anterior, será requisitado o pagamento, encaminhando-se o processo à Divisão de Liquidação.

Art. 65 - A remessa de processos liquidados ou atestados de execução ao Órgão de Liquidação do Departamento de Despesa, para efeito de supervisão e preparo de pagamento, dar-se-á somente até o dia 15 (quinze) de dezembro de cada exercício, salvo os relativos às despesas de pessoal ou quando autorizados pelo Governador.

Art. 66 - Compete à Divisão de Liquidação fiscalizar e apurar o cumprimento do disposto, neste capítulo, sem prejuízo de outros preceitos legais vigentes.

Art. 67 - O Órgão emitente de Ordem de Pagamento deverá mencionar na mesma, em destaque, o Projeto ou Atividade e Fonte de Recursos constantes da Nota de Empenho ou documento equivalente.

CAPÍTULO XI
DO PAGAMENTO

Art. 68 - O pagamento de despesa somente será ordenado após sua regular liquidação.

Art. 69 - Efetuado o pagamento, o Órgão pagador enviará, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o respectivo processo ao Órgão de Contabilidade e cópia de ordem de pagamento, inclusive a que diz respeito a pagamento parcial dos empenhos por estimativa ou globais, à Coordenação do Sistema de Orçamento.

Art. 70 - Fica vedado efetuar pagamento antecipado de despesa.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica às despesas:

I - com assinatura de jornais, periódicos e outras publicações;

II - quando excepcionalmente, a peculiaridade da transação exigir seu pagamento antecipado, adotadas as devidas cautelas, sob a responsabilidade do ordenador da despesa.

§ 2º - Nos casos previstos no parágrafo 1º, a despesa será debitada em conta nominativa do credor e a baixa somente se fará após a comprovação da regular efetivação do cumprimento da obrigação assumida.

Art. 71 - Os pagamentos devidos pelo Distrito Federal em virtude de sentenças judiciais far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta do crédito respectivo, atendido o disposto na Constituição da República.

Art. 72 - Os Órgãos da Administração Direta, as Entidades da Administração Indireta e as Fundações utilizarão, exclusivamente, os serviços do Banco Regional de Brasília S.A., exceto nos casos previstos em lei.

Parágrafo Único - Mediante proposição fundamentada do Órgão interessado poderão ser autorizados, pelo Secretário de Finanças, em caráter excepcional, o aproveitamento de serviços e a manutenção ou abertura de contas em outras instituições financeiras.

Art. 73 - Os Órgãos Relativamente Autônomos, a Secretaria de Segurança Pública, as Entidades da Administração Indireta e as Fundações, encaminharão ao Departamento da Despesa, demonstrativo de sua disponibilidade diária.

CAPÍTULO XII
DOS RESTOS A PAGAR

Art. 74 - Consideram-se na apuração de resultados do exercício financeiro, as despesas nele empenhadas, excluindo-se aquelas impugnadas ou pendentes de regularização.

§ 1º - São despesas impugnadas ou pendentes de regularização aquelas recusadas pelo Órgão competente, em qualquer estágio de empenho, liquidação ou pagamento.

§ 2º - As despesas referidas no parágrafo anterior serão escrituradas em conta de resultado pendente, em nome do responsável, até decisão final sobre a regularidade da despesa.

Art. 75 - São inscritos em Restos a Pagar, desde que se amparem na vigência do prazo de cumprimento da obrigação neles estabelecida, os empenhos relativos a:

I - obras ou estudos e projetos de obras, serviços de engenharia e serviços técnicos especializados, em fase de execução;

II - aquisição de material, cuja entrega já tenha sido efetuada;

III - aquisição de material no exterior;

IV - aquisição de material diretamente do fabricante ou através de seu representante exclusivo e que se encontre em fase de produção;

V - serviços prestados para manutenção de atividade administrativa, inclusive os de concessionários de serviços públicos, pelo valor correspondente à etapa física executada;

VI - despesa de pessoal e encargos sociais, pelo valor efetivamente gasto e não pago;

VII - indenizações e restituições ou outras despesas empenhadas e não pagas, ainda que não previstas nas alíneas precedentes, desde que processadas no exercício de vigência do crédito.

Parágrafo Único - O disposto nos itens I a VII deste artigo, se aplica às Transferências de recursos a Entidades do Distrito Federal.

Art. 76 - São canceladas em 31 de dezembro as despesas empenhadas que não se enquadrem nas disposições do artigo anterior, considerando-se automaticamente anuladas as respectivas Notas de Empenho.

Art. 77 - A inscrição de despesa empenhada em Restos a Pagar, far-se-á no encerramento do exercício de emissão da Nota de Empenho e terá validade até 31 de dezembro do exercício seguinte, vedada a sua reinscrição.

Art. 78 - Ao portador de Nota de Empenho, cuja inscrição em Restos a Pagar tenha sido cancelada em decorrência da aplicação de normas sobre apuração de resultados do exercício financeiro e que tenha seu direito devidamente apurado, assegurar-se-á o recebimento da importância que lhe for devida.

Art. 79 - A dívida de que trata o artigo anterior será reconhecida pelo Secretário de Finanças.

§ 1° - A despesa decorrente da dívida reconhecida será imputada à dotação da Unidade Orçamentária respectiva e na mesma classificação anterior.

§ 2° - No caso de inexistência da dotação em que se deva classificar a despesa ou se a mesma não apresentar saldo suficiente, a despesa correrá à conta de dotação para "Despesas de Exercícios Anteriores", observada a classificação econômica anterior.

Art. 80 - Deverá ser encaminhada à Divisão de contabilidade, da Coordenação do Sistema de Contabilidade, até o dia 05 de janeiro de cada exercício, relação das despesas a serem inscritas em Restos a Pagar.

§ 1° - Da relação deverão constar:

I - denominação da Unidade Orçamentária;
II - denominação do Órgão emissor da Nota de Empenho;
III - número de ordem das Notas de Empenho, obedecida a codificação do elemento de despesa;
IV - código da fonte, projeto ou atividade e elemento;
V - nome do credor;
VI - origem e natureza da despesa;
VII - valor da despesa a ser inscrita, e
VIII - valor da despesa a ser revertida.

§ 2° - No caso de reversão de despesa, observar o disposto no artigo 56.

Art. 81 - A relação a que se refere o artigo anterior será preenchida por:

I - Órgão emissor da nota de empenho, quando esta se referir a recursos da Unidade Orçamentária a que o mesmo integra;
II - Órgão em que seja centralizada a movimentação de dotação orçamentária, preenchendo-se um formulário correspondente a cada Unidade Orçamentária;

Parágrafo Único - Quando se tratar de despesa cuja aplicação estiver a cargo de órgão que não integre a estrutura da Unidade Orçamentária emissora da Nota de Empenho, a relação com os dados referidos no artigo anterior será encaminhada ao órgão emissor da Nota de Empenho por:

a) entidade da Administração Indireta ou Fundação do Distrito Federal, quando se tratar de transferências de recursos; e
b) executor de convênio ou contrato ou Órgão que for responsável pela execução do objeto da despesa.

Art. 82 - Os Órgãos movimentadores de dotação, elaborarão cronograma de pagamento das despesas inscritas em "Restos a Pagar", observando para as relativas o fornecimento de material e prestação de serviços, os prazos dos compromissos assumidos e, para as relativas à execução de obras, os prazos dos cronogramas físico-financeiros.

§ 1º - Os cronogramas previstos no "caput" deste artigo serão enviados até o dia 15 (quinze) de janeiro de cada exercício:

I - ao Departamento da Despesa - para elaboração do cronograma geral;
II - à Coordenação do Sistema de Orçamento para acompanhamento.

§ 2º - As Entidades da Administração Indireta e Fundações que tenham recursos diferidos enviarão, até o dia 10 (dez) de janeiro de cada exercício, à Unidade Orçamentária a que se vinculem para inclusão no cronograma desta:

I - relação das despesas levadas à conta de "Restos a Pagar";
II - cronograma de pagamento, observados os mesmos critérios do "caput" deste artigo distinguindo as despesas a serem pagas com recursos próprios.

§ 3º - Cópias da relação e do cronograma indicados nos parágrafos anteriores deverão ser enviadas, pelos Órgãos movimentadores da dotação, ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Orçamento.

Art. 83 - A liquidação e o pagamento das despesas inscritas em "Restos a Pagar", serão processados independentemente de requerimento do credor.

Art. 84 - É competente a Secretaria de Finanças para exercer o controle e disciplinar o tratamento de "Restos a Pagar", como Órgão central do Sistema de Controle Interno.

Art. 85 - Ao portador de Notas de Empenho cancelada em face de não ter ocorrido a entrega do material ou a execução do serviço no exercício de sua emissão, será assegurado o recebimento do valor a que tenha direito, mediante empenho à conta de dotação orçamentária com a mesma classificação anterior e da respectiva Unidade Orçamentária, obedecidas as condições estabelecidas na Nota de Empenho cancelada.

§ 1º - Será emitida Nota de Empenho no mês de janeiro, em substituição ao empenho cancelado no exercício anterior, observado o disposto neste artigo e desde que dentro do prazo de entrega do material ou da execução do serviço, fazendo-se remissão, no campo especificação, de que a mesma refere-se à Nota de Empenho cancelada no exercício anterior, citando-se o respectivo número.

§ 2º - No caso de não ser entregue o material ou executado o serviço, o fornecedor estará sujeito às penalidades previstas em normas específicas.

§ 3º - A emissão de Nota de Empenho, consoante o disposto neste artigo, será precedida de autorização para realização da despesa pelo mesmo ordenador da despesa anterior, na forma do disposto no presente Decreto.

CAPÍTULO XIII
DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 86 - As despesas de exercícios encerrados, de que trata o artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, poderão ser pagas pela dotação para Despesas de Exercícios Anteriores, constantes dos quadros discriminativos das Unidades Orçamentárias, desde que apurado o direito adquirido pelo credor e devidamente reconhecida a dívida.

Parágrafo Único - Os processos relativos às despesas referidas neste artigo deverão conter informações pormenorizadas sobre o direito adquirido pelo credor, que permitam o reconhecimento da dívida, e ainda, as seguintes:

I - saldo ao final do exercício, da dotação orçamentária por onde deveria correr a despesa;
II - nome do credor, importância a pagar e atestação da entrega do material ou execução do serviço;
III - motivo do não empenho prévio da despesa;
IV - razão porque não foi possível conhecer, no devido tempo, o compromisso que se pretende seja reconhecido.

II - encaminhar cópia do demonstrativo de que trata o inciso anterior à Coordenação do Sistema de Orçamento, ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Material;

III - encaminhar às Unidades Orçamentárias cópia do demonstrativo a que se refere o inciso I, deste artigo, compreendendo a movimentação ocorrida quinzenalmente em cada mês;

IV - elaborar, até o dia 20 (vinte) de cada mês a posição dos empenhos inscritos em Restos a Pagar, remetendo cópia à Coordenação do Sistema de Orçamento.

Art. 97 - As Divisões de Pessoal e de Inativos da Secretaria de Administração, os Órgãos Relativamente Autônomos e a Secretaria de Segurança Pública remeterão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante protocolo em livro, cópia do Quadro Resumo de Despesa das folhas de pagamento por Unidade Orçamentária, do qual deverá constar por Atividade, Fonte de Recursos, Natureza de Despesa, o saldo anterior, o valor da despesa e o novo saldo, aos seguintes Órgãos:

I - às Seções de Orçamento e Finanças ou Órgão equivalente;

II - às Divisões de Liquidação e de Contabilidade da Secretaria de Finanças;

III - à Coordenação do Sistema de Orçamento da Secretaria do Governo;

IV - à Inspetoria Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 98 - O Departamento de Administração de Pessoal da Secretaria de Administração, os Órgãos Relativamente Autônomos e a Secretaria de Segurança Pública, remeterão, até o dia 5 (cinco) de cada mês, ao Departamento da Despesa e à Coordenação do Sistema de Orçamento o demonstrativo "Acompanhamento da Despesa Mensal com Pessoal" - ADMP, referente ao mês anterior.

Art. 99 - As Entidades da Administração Indireta e as Fundações remeterão:

I - ao Departamento da Despesa, quadro resumo da folha de pagamento de pessoal, sendo vedada a liberação de recursos sem a entrega deste documento;

II - até o dia 05 (cinco) do mês subseqüente, à Coordenação do Sistema de Orçamento e ao Departamento da Despesa o demonstrativo "Acompanhamento da Despesa Mensal com Pessoal" - ADMP;

III - até o dia 20 (vinte) do mês subseqüente, à Coordenação do Sistema de Contabilidade, aos Departamentos de Auditoria e da Despesa, e à Coordenação do Sistema de Orçamento, relatórios e balancetes mensais que permitam acompanhar a execução dos respectivos orçamentos-programas;

IV - até o dia 10 (dez) do mês subseqüente, à Coordenação do Sistema de Orçamento, o Boletim de Disponibilidade Orçamentária e o Demonstrativo das Despesas Empenhadas e Pagas, durante o mês;

V - até o dia 10 (dez) do mês subseqüente, à Coordenação do Sistema de Orçamento, as variações ocorridas nas Tabelas de Empregos Permanentes em Comissão;

VI - até 24 (vinte e quatro) horas após a sua emissão à Coordenação do Sistema de Orçamento:

a) cópia da NE ou documento equivalente emitido;.

b) cópia da autorização de pagamento ou documento equivalente emitido.

Art. 100 - Quando, em relação ao mês anterior, ocorrer oscilação financeira na despesa de pessoal superior a 10% ou aumento da força de trabalho, o Órgão ou Entidade emitente do demonstrativo "Acompanhamento da Despesa Mensal com Pessoal" - ADMP, deverá justificar, no próprio documento, o motivo que ocasionou a oscilação financeira ou aumento da força de trabalho, fundamentando-se na legislação pertinente.

Art. 101 - Os Órgãos Relativamente Autônomos e a Secretaria de Segurança Pública ficam obrigados a:

I - entregar, até o dia 8 (oito) de cada mês; a 1ª via do balancete e demonstrativo da despesa do mês anterior à Divisão de Contabilidade, segundo modelos instituídos pelo Órgão Central do Sistema de Contabilidade, e cópia dos referidos documentos de Auditoria e à Coordenação do Sistema de Orçamento;

II - encaminhar à Divisão de Contabilidade da Secretaria de Finanças:

a) cópia legível de Nota de Empenho referente à aquisição de material de consumo e de equipamentos e material permanente, com declaração de que o material discriminado na mesma foi rece-

bido, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento. No caso de entrega parcelada de material, será emitida Nota de recebimento para cada entrega;

b) demonstrativo das saídas do almoxarifado, relativas a material de consumo e de equipamentos e material permanente, até o dia 8 (oito) de cada mês;

c) comunicação de baixa de bens móveis, até o dia 8 (oito) de cada mês;

d) demonstrativo, ao final do exercício, da movimentação de material de consumo e de equipamentos e material permanente em que constem o saldo do exercício anterior, as entradas e saídas do ano, resíduo de preço médio e o saldo para o exercício seguinte, até o dia 15 (quinze) de janeiro do exercício subseqüente;

e) demonstrativo de bens móveis, ao final do exercício, em que conste o saldo do exercício anterior as aquisições e baixas durante o exercício e o saldo para o exercício seguinte, até o dia 10 (dez) de janeiro de cada exercício.

III - encaminhar à Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Finanças, até o dia 08 (oito) de cada mês, a conciliação mensal das contas bancárias, acompanhadas de declaração de saldo fornecida pelo estabelecimento bancário.

Parágrafo Único - A Coordenação do Sistema de Material, as Administrações Regionais, as Administrações da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento e de Ceilândia encaminharão à Divisão de Contabilidade os documentos mencionados nas alíneas "a", "b" e "d", do inciso II, deste artigo.

Art. 102 - Deverá ser mantido pelos almoxarifados registro especial para controle da utilização dos materiais de construção, consignando-se, por ocasião de sua saída, o tipo e o local da aplicação dos mesmos.

Parágrafo Único - Quando a aplicação do material der origem a algum bem imóvel ou melhoria a bem imóvel, deverá ser efetuada comunicação à Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial - COSAP, contendo os dados indispensáveis a incorporação ao acervo patrimonial do Distrito Federal.

Art. 103 - Para efeito de Tomada de Contas, as Seções de Pessoal das Unidades Orçamentárias encaminharão à Divisão de Tomada de Contas da Secretaria de Finanças, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada exercício, relação dos responsáveis por bens, valores e dinheiros públicos, contendo os seguintes dados: nome, matrícula, cargo, data de nomeação e posse.

Parágrafo Único - A relação a que se refere o presente artigo será atualizada no final de cada trimestre.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 104 - As dotações consignadas a investimentos em Regime de Execução Especial serão detalhadas, mediante Portaria do titular da unidade orçamentária, pelo total do crédito e a nível de elemento de despesa, de acordo com a Lei de orçamento, ouvida previamente a Coordenação do Sistema de Orçamento da Secretaria do Governo.

Art. 105 - A orientação normativa, a supervisão técnica e o controle da execução do presente Decreto, serão exercidos pelos Órgãos específicos das Secretaria do Governo e de Finanças, e os casos omissos resolvidos mediante Portaria conjunta de seus titulares.

Art. 106 - As Entidades da Administração Indireta e Fundações, beneficiadas com transferências de recursos à conta do Orçamento do Distrito Federal, deverão baixar instruções semelhantes às disposições deste Decreto, ou adotarão as mesmas com as adaptações às suas peculiaridades e estrutura organizacional.

Art. 107 - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário e, em especial, o Decreto nº 9.222, de 31 de dezembro de 1985.

Brasília, 31 de dezembro de 1.986
98º da República e 27º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

DISTRITO FEDERAL

UNIDADE ORÇAMENTARIA | PEDIDO Nº

FONTE DE RECURSOS | FUNÇÃO | PROGRAMA | SUBPROGRAMA | PROJETO / ATIVIDADE | SUBELEMENTO DE DESPESA

CONTABILIZAÇÃO DA DESPESA

SALDO ANTERIOR | VALOR DESTA | SALDO ATUAL

COTA TRIMESTRAL (TRIMESTRE) DECRETO Nº , DE / /19

SALDO ANTERIOR | VALOR DESTA | SALDO ATUAL

CREDOR

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO

LICITAÇÃO

MODALIDADE E NÚMERO | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº | PROCESSO Nº | DATA / /

ESPÉCIE DO EMPENHO

[ ] ORDINÁRIO [ ] POR ESTIMATIVA [ ] GLOBAL

CONTRATO / CONVÊNIO

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PREÇOS EM Cr$ UNITÁRIO	PREÇOS EM Cr$ SUBTOTAL

TOTAL P/ EXTENSO

ENTREGA | PRAZO | LOCAL

A DESPESA FOI AUTORIZADA E DEDUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO.
EM:

VISTO.
EM:

MATERIAL RECEBIDO
SERVIÇO EXECUTADO
EM:

DF/DFI/014

10.000x8 - 7/85

2.ª VIA - TRIBUNAL DE CONTAS

ENTREGA	PRAZO	LOCAL

À DESPESA FOI AUTORIZADA E DEDUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM	VISTO EM	PARA USO DO T.C.D.F.

ALTERAÇÃO DE NOTA DE EMPENHO

Nº

NE Nº

☐ ANULAÇÃO ☐ RETIFICAÇÃO

UNIDADE ORCAMENTÁRIA:

PROJETO/ATIVIDADE:

ELEMENTO DESPESA

SALDO ANTERIOR	VALOR DESTA	SALDO ATUAL

CREDOR

NOME:

ENDEREÇO:

HISTÓRICO

O CRÉDITO DISPONIVEL FOI ATUALIZADO DE ACORDO COM A DISCRIMINAÇÃO DESTE DOCUMENTO.

DATA

EMITIDO POR:

VISTO - CHEFE

ATESTADO DE EXECUÇÃO

Nº

DADOS GERENCIAIS

Firma executora			Banco e conta
Unidade orçamentária		NOTA DE EMPENHO Nº	Data
Projeto/Atividade			
Obra/Equipamento			
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Início		Término
CONVÊNIO	Número	Data	Vigência até
CONTRATO	Número	Data	Vigência até

ORDEM DE SERVIÇO		
Nº	Data	Valor Cr$
Saldo anterior Cr$	Valor da requisição Cr$	Saldo atual Cr$

ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO OU ETAPA DE OBRA

Atesto a execução da etapa da obra/serviço ou o recebimento do equipamento supra, conforme abaixo discriminado:

VALOR Cr$

Para conclusão da obra falta executar ____ %

RITMO

- 1 – Normal
- 2 – Adiantado
- 3 – Atrasado

Brasília-DF,

Responsável pela execução da obra

Brasília-DF,

Executor do convênio/contrato

Brasília-DF,

Supervisão da obra

REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO

Nº

Fls.

Rubrica

Unidade Orçamentária

Credor

ORIGEM E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

PROCESSO Nº	Convênio Nº	Contrato Nº
Obra/Serviço/Material		

NOTA DE EMPENHO

Número	Elemento de Despesa	Valor
		Cz$

Função	Programa	Subprograma	Fonte de Recurso

Projeto/Atividade

Saldo Anterior	Valor Requisitado	Saldo Atual
Cz$	Cz$	Cz$

CONTROLE

ORDEM DE SERVIÇO Nº		ATESTADO DE EXECUÇÃO Nº	
Nota Fiscal Nº	Nota de Transação Nº	Fatura Nº	Folha de Medição Nº

COTA TRIMESTRAL DE DESPESA

Saldo Anterior	Valor do Desembolso	Saldo Atual
Cz$	Cz$	Cz$

OBSERVAÇÃO

O pagamento da despesa supra pode ser requisitado.

Brasília - DF. _____

REQUISITO O PAGAMENTO.

Encaminhe-se a(o)

Brasília - DF. _____

ORDEM DE SERVIÇO

Nº

AUTORIZAÇÃO

Expedidor

Destinatário

AUTORIZAMOS a execução da obra ou serviço a seguir especificado, conforme Processo nº

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

Local

Descrição da obra ou serviço

VALOR ▷ Cr$

Taxa de Adm. %

DADOS GERENCIAIS

PERÍODO DE EXECUÇÃO ▷	Início		Término
CONVÊNIO/CONTRATO ▷	Número	Data	Vigência até

NOTA DE EMPENHO

Sigla da U . O .	Data	Nº	Valor Cr$

Fonte de recurso

Brasília-DF..

_____

Convenentes	1º DISTRITO FEDERAL
	2º

Processo	Data de Assinatura	Vigência até	Valor Cr$

Objeto e condições especiais

Valor por extenso

DADOS SOBRE A DESPESA

Unidade Orçamentária	
Projeto/Atividade	Taxa de Adm. %
Elemento de Despesa	Fonte de Recursos

NOTA DE EMPENHO

Número	Valor Cr$	Número	Valor Cr$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

DISTRITO FEDERAL

2º Convenente

Testemunhas

1ª	2ª

DISTRITO FEDERAL

02 TERMO DE CONVÊNIO Nº

CONVENENTES

1º DISTRITO FEDERAL

03

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGÊNCIA ATÉ	07 VALOR Cr$

ALTERAÇÃO

08

09 VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

11 PROJETO/ATIVIDADE | 12 TAXA DE ADM. %

13 ELEMENTO DE DESPESA | 14 FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

15 NÚMERO	16 VALOR Cr$	17 NÚMERO	18 VALOR Cr$
19	20	21	22

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL

24 2º CONVENENTE

TESTEMUNHAS

25 | 26

DISTRITO FEDERAL
SISTEMA DE ORÇAMENTO

SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS ADICIONAIS

EXERCÍCIO: 19

DATA DA SOLICITAÇÃO: DIA | MÊS | ANO

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:

FOLHA: ___ DE ___

IDENTIFICAÇÃO

ÓRGÃO:

TIPO DE CRÉDITO: SUPLEMENTAR ☐ ESPECIAL ☐

VALOR DA SOLICITAÇÃO: Cz$,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

VALOR POR EXTENSO:

JUSTIFICATIVA (CONT. NO VERSO SE NECESSÁRIO)

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA Cz$1,00

	DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
SITUAÇÃO ATUAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	DESPESAS DE CAPITAL					
	TOTAL					
SITUAÇÃO NOVA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	DESPESAS DE CAPITAL					
	TOTAL					

DETALHAMENTO DA SOLICITAÇÃO

	(A) PROJETO OU ATIVIDADE: FUNÇÃO/PROGR.	SUB-PROGR.	TÍTULO	(B) NATUREZA DA DESPESA	(C) FONTE DE RECURSOS	(D) VALOR DA ALTERAÇÃO SOLICITADA	(E) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INICTAL	(F) ALTERAÇÕES: (F1) CRÉDITOS: ABERTOS	EM ANDAMENTO	(F2) CANCELAMENTOS: EFETIVADOS	EM ANDAMENTO	(G) DOTAÇÃO (POSIÇÃO ATUAL) G = E+F1-F2	(H) COMPROMISSOS ATÉ A DATA	(I) SALDO DISPONÍVEL I=G-H	(J) ESTIMATIVA DE COMPROMISSOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO	(L) DOTAÇÃO (POSIÇÃO FINAL) L = G ± J
CRÉDITO																
TOTAL DO QUADRO																
CANCELAMENTO																
TOTAL DO QUADRO																

TERMO DE RESPONSABILIDADE

ATESTAMOS A EXATIDÃO DOS DADOS AQUI APRESENTADOS, CONFIRMANDO A NECESSIDADE DE CRÉDITO, BEM COMO A POSSIBILIDADE DE CANCELAMENTO DAS DOTAÇÕES INDICADAS COMO COMPENSAÇÃO

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO — ASSINATURA, NOME E CARGO

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA — ASSINATURA, NOME E CARGO

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Finanças

Demonstrativo da despesa a ser inscrita em RESTOS À PAGAR - Unidade Orçamentária:

NE	PROJETO OU ATIVIDADE	CLASSIF.		NOME DO CREDOR	DATA DA ENTREGA			VALOR EM Cz$ A SER	
		ELEM.	FONTE		EFETIVADO	EM PROD.	EXTERIOR	INSCRITO	REVERTIDO

MODELO II - MATERIAIS E SERVIÇOS

Responsável pela Informação

Ordenador da Despesa

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Finanças

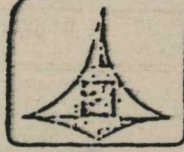
Demonstrativo da despesa a ser inscrita em RESTOS A PAGAR - Unidade Orçamentária:

NE	PROJETO OU ATIVIDADE	CLASSIF.		NOME DO CREDOR	ORDEM DE SERVIÇO		INÍCIO DA	VALOR EM Cz$ A SER	
		ELEM.	FONTE		Nº	DATA	EXECUÇÃO	INSCRITO	REVERTIDO

MODELO III - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Responsável pela Informação

Titular da Unidade Orçamentária



CONTROLE DE DESPESA COM ÁGUA E ESGOTO

NÚMERO DO HIDRÔMETRO

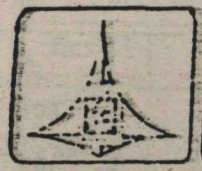
ANO

ÓRGÃO

ENDEREÇO

CONSUMO MÉDIO

MÊS	PROCESSO	FATURA	LEITURA		SERVIÇO		TOTAL
			ANTERIOR	ATUAL	MEDIDO	ESPECIAL	
JAN							
FEV							
MAR							
ABR							
MAI							
JUN							
JUL							
AGO							
SET							
OUT							
NOV							
DEZ							
TOTAIS							



CONTROLE DE DESPESA COM TELEFONE

NUMERO DO TELEFONE

ANO

ORGÃO

ENDEREÇO

MÊS	PROCESSO	FATURA	SERVIÇO		INTERURBANO	TELEG. FONADO	TOTAL
			MEDIDO	ESPECIAL			
JAN							
FEV							
MAR							
ABR							
MAI							
JUN							
JUL							
AGO							
SET							
OUT							
NOV							
DEZ							
TOTAIS							

CONTROLE DE DESPESA COM ENERGIA ELÉTRICA

NÚMERO DO MEDIDOR

ANO

ÓRGÃO

ENDEREÇO

CONSUMO MÉDIO

MÊS	PROCESSO	FATURA	LEITURA		SERVIÇO		TOTAL
			ANTERIOR	ATUAL	MEDIDO	ESPECIAL	
JAN.							
FEV							
MAR							
ABR							
MAI							
JUN							
JUL							
AGO							
SET							
OUT							
NOV							
DEZ							
TOTAIS							

GDF – Governo do Distrito Federal
SEG – Secretaria do Governo

SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO SINTÉTICO SPCDFSEOAB01

1 Identificação

01 Unidade Orçamentária	02 Cód. da U.D	03 Decreto	04 Data	05 Exercício

2 Conteúdo

01 CFP	02 Especificação	03 Natureza	04 Fonte	05 Dotação Anterior	Alteração	Atual

3 Autenticação

01 Data	02 Matrícula	03 Ass. do titular da unidade orçamentária	04 Informações complementares

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO FÍSICO E FINANCEIRO - SIAFF

BOLETIM DE REALIZAÇÕES DE PROJETOS EXECUTIVOS E METAS - BRP

SIAFFMRPCB01

SIGLA DA UO.

BLOCO 1 - DOCUMENTO

01 TIPO	02 LOTE	03 NUM
1 2		

VALORES EM Cr$1.000

BLOCO 2 - IDENTIFICAÇÃO

04 LINHA	05 C F P					06 PROJ/ATIV	07 SUB-PROJ	08 DV	09 PROJ E/M	10 DV
	ÓRGÃO	U.O.	FUNÇÃO	PROG	SUBPROG.					
0 0										

BLOCO 3

11 COD. MOV.		
EXC.	INC.	ALT.
1	3	5

NOME PROJ/ATIV.(SUB-PROJ.)	
NOME PROJ. EXC./ META	

BLOCO 4 - DADOS COMPLEMENTARES

12 LINHA	13 DATA REALIZAÇÃO			14 ETAPA	15 ANDAM	16 FASE	17 CAUSA DOS DESVIOS			18 REALIZAÇÃO ANTERIOR		19 REALIZAÇÃO ATUAL	
	DIA	MÊS	ANO				CAUSA 1	CAUSA 2	CAUSA 3	FISICA	FINANCEIRA	FISICA	FINANCEIRA
0 1													

BLOCO 5 - REALIZAÇÃO POR FONTE DE RECURSO

20 LINHA	21 CODIGO RECURSO	22 ORIGEM DO RECURSO	23 TRIM	24 VALOR REALIZADO
0 2				
0 3				
0 4				
0 5				
0 6				

OBSERVAÇÕES

PREPARADO POR

RESPONSÁVEL

DATA

1ª VIA/CODEPLAN — 2ª VIA/ÓRGÃO EMISSOR

DF/SOF/020

000 blo-100 fls-02/85

DECRETO Nº 10047 DE 31 DE dezembro DE 1.986

Aprova a Codificação e Interpretação da Despesa Orçamentária do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II,, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovada, na forma do anexo ao presente Decreto, a Codificação e Interpretação da Despesa Orçamentária do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário e, em especial, o Decreto nº 9.223, de 31 de dezembro de 1985.

Brasília, 31 de dezembro de 198
98º da República e 27º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVIERA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ANEXO AO DECRETO Nº 10047, DE DE DEZEMBRO DE 1986.

CODIFICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

Categoria Econômica em que são classificados os dispêndios realizados pela Administração, para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos gerais, quer através da Administração Direta, quer através da Administração Indireta.

3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO

Despesas realizadas pela Administração, na manutenção e operação de serviços internos e externos, anteriormente criados, inclusive aquelas que dizem respeito a obras de conservação e manutenção de bens móveis e imóveis e de natureza industrial.

3.1.1.0 - PESSOAL

Despesas com Pessoal Civil, Pessoal Militar e Obrigações Patronais, decorrentes de pagamento de Pessoal civil ativo.

3.1.1.1 - Pessoal Civil
Despesas com vencimentos, salários de pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), Adicionais, Auxílios, Gratificações, Indenizações, Diárias, Ajudas de Custo, Horas-Extras, Representações, Substituições e outras despesas decorrentes de pagamento de pessoal civil ativo.

01.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas
Despesas com vencimentos, salários de pessoal regido pela CLT, gratificações e indenizações diversas e auxílio funeral.

01.01 - Vencimentos
Vencimentos do Governador, Secretários de Estados, Procurador Geral, Chefes dos Gabinetes Civil e Militar, Conselheiros do Tribunal de Contas e dos Funcionários dos Quadros de Pessoal pelo desempenho de cargo efetivo ou em comissão, de Direção e Assessoramento Superior - DAS e Funções de Assessoramento Superior - FAS.

01.02 - Função em Comissão
Gratificação devida a servidor designado para o exercício de Função de Confiança-FC, de direção, chefia e assistência.

01.03 - Gratificação de Função
Gratificação devida a servidor designado para o desempenho de Funções do Grupo Direção e Assistência Intermediárias.

01.04 - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço
Gratificação devida ao Funcionário, após cada cinco anos de efetivo exercício, equivalente a cinco por cento (5%) do vencimento do cargo efetivo, até o máximo de sete quinqüênios.

01.05 - Salário do Pessoal Regido pela Consolidação das Leis do Trabalho
Despesa para pagamento a servidor pelo desempenho de emprego permanente, emprego em comissão, Função de Confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS - 100, e Função de Assessoramento Superior - FAS.

01.06 - Vantagem Pessoal
Importância devida ao Funcionário, após contar seis anos completos em exercício de cargo de natureza especial, cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias e de Funções de Assessoramento Superior-FAS, como vantagem Pessoal, à razão de um quinto (1/5) por ano, até completar o décimo ano.

01.07 - Adicional de Insalubridade
Importância devida ao servidor pelo exercício de suas atividades em locais insalubres nos termos da legislação trabalhista.

01.08 - Gratificação de Representação Mensal
Representação do Governador, Secretários de Estados, Procurador Geral, Chefes dos Gabinetes Civil e Militar, Presidente do Tribunal de Contas e ocupantes de Cargos e Funções de Direção e Assessoramento Superiores.

01.09 - Auxílio para Diferença de Caixa
Auxílio para diferença de caixa a todo servidor que pagar ou receber em moeda corrente.

01.10 - Adicional de Periculosidade
Importância devida aos servidores pelo exercício de suas atividades em locais perigosos nos termos da legislação trabalhista.

01.11 - Gratificação pela participação em Órgão de Deliberação Coletiva.
Gratificação pelo comparecimento a reunião em Órgão de Deliberação Coletiva, quando legalmente designado para compô-lo.

01.12 - Gratificação de Raios X
Gratificação devida ao servidor que operar diretamente com Raios X e substâncias radioativas nos termos da legislação em vigor.

01.13 - Adicional para Complementação de Vencimento
Diferença para complementação do vencimento ou salário do servidor, até o valor do salário mínimo vigente no Distrito Federal.

01.14 - Gratificação Especial para Complementação de Vencimentos
Diferença de vencimentos, a título de vantagem pessoal que venha a surgir com a aplicação do Plano de Classificação de Cargos, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 2º, da Lei nº 5.995/73.

01.15 - Indenização de Transportes
Indenização de Transportes devida ao servidor nos termos da legislação em vigor.

01.16 - Gratificação de Produtividade
Gratificação devida ao servidor incluído nas Categorias Funcionais do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização e Procurador, Procurador Autárquico e Assistente Jurídico do grupo Serviços Jurídicos, de acordo com a legislação em vigor.

01.17 - Gratificação de Nível Superior
Gratificação devida ao servidor incluído em Categorias Funcionais de Nível Superior, de acordo com a legislação em vigor.

01.18 - Indenização Trabalhista
Despesas com Indenizações Trabalhistas de acordo com a legislação em vigor.

01.19 - Gratificação por Operações Especiais
Gratificação devida aos servidores pertencentes às Categorias Funcionais do Grupo Polícia Civil, pelas peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e riscos a que estão sujeitos.

01.20 - Auxílio Funeral
Auxílio funeral para indenizar despesa de sepultamento de servidor civil ativo falecido, na forma da legislação em vigor.

02.00 - Despesas Variáveis com Pessoal Civil
Despesas com ajuda de custo, diárias, substituições, gratificações, pessoal em disponibilidade, plantões, pró-labore, e auxílio-doença.

02.01 - Ajuda de Custo
Indenização ao Servidor que se desligar da respectiva sede, em missão ou serviço, por tempo superior a 30 dias.

02.02 - Diárias
Diárias para indenização das despesas de alimentação e pousada, feitas pelo servidor que se deslocar da respectiva sede, em missão ou serviço.

02.03 Substituições
Vantagem devida a servidor legalmente designado, para exercer, como substituto, cargo de natureza especial, cargos e funções do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, Funções em Comissão-FC ou Empregos em Comissão-EC.

02.04 - Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário
Gratificação pela prestação de Serviços Extraordinários, correspondentes ao período de antecipação ou prorrogação de expedientes, de acordo com o Art. 150, Ítens I e II e parágrafos, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952 e regulamentação posterior. A gratificação de que se trata não poderá ser atribuída a ocupante de chefia, direção ou assessoramento, ou que percebem gratificações, exceto as previstas nos subelementos 01.04, 01.11, 01.12, 01.13, 01.14, 02.05 e 02.06

02.05 - Gratificação pela Representação de Gabinete.
Gratificação pelo exercício de encargos em Gabinete, fixada por Decreto.

02.06 - Gratificação pelos Encargos de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal
Gratificação pelo exercício de função de auxiliar ou membro de banca ou comissão examinadora de concursos e provas bem como pelo exercício de função de professor, de curso legal ou regimentalmente instituído fora da hora normal ou extraordinária a que estiver sujeito o servidor no desempenho de seu cargo ou função.

02.07 - Gratificação de Serviços ou Estudos no País ou no Exterior
Gratificação de serviços ou estudos, no País ou no Exterior no interesse da administração.

02.08 - Plantões
Importância devida ao servidor por plantões, nos termos da legislação vigente.

02.09 - Pró-Labore
Importância devida ao servidor a título de pró-labore, de acordo com a legislação vigente.

02.10 - Auxílio-Doença
Importância devida a funcionário que se encontre afastado para tratamento de saúde há mais de 12 meses consecutivos, em consequência de doença grave especificada em Lei. (Artigo 104 e 143 da Lei nº 1.711, de 1952).

3.1.1.2 - Pessoal Militar
Despesas com soldos, indenizações, gratificações, ajudas para fardamento, substituições, diárias e outras despesas decorrentes de pagamento do pessoal militar na ativa.

01.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas
Despesas com soldos, gratificações e absorção das diárias de Brasília, devidos ao pessoal militar na ativa.

01.01 - Soldo
Parte dos vencimentos, inerentes ao posto ou graduação, do militar da ativa.

01.02 - Gratificação por Tempo de Serviço
Gratificação por tempo de serviço, ao militar que completar quinqüênios de efetivo serviço, no valor de tantas cotas de 5% do soldo do seu posto ou graduação, quantos forem os quinqüênios de efetivo exercícios, até o total de sete períodos.

01.03 - Gratificação de Cursos
Gratificação devida ao militar, de conformidade com os cursos que possua (Função Policial I e Habilitação de Bombeiro Militar).

01.04 - Gratificação de Serviço Ativo
Gratificação devida pelo desempenho de atividade específicas de seu corpo ou Quadro (Função Policial II e Serviço Ativo).

01.05 - Gratificação de Representação
Despesas extraordinárias decorrentes de compromissos de ordem social, diplomática ou profissional, inerentes à apresentação e ao bom desempenho em determinados cargos, comições, funções ou missões.

01.06 - Gratificação por Operação em Raio X
Gratificação ao Militar que operar em Raio X ou com substâncias radioativas, nos termos da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950.

01.07 - Absorção das Diárias de Brasília
Absorção das diárias de Brasília, nos termos da legislação em vigor.

02.00 - Despesas Variáveis com Pessoal Militar
Despesas com diárias, ajuda de custo, auxílios ou indenizações, etapas para alimentação complemento de vencimento e substituições.

02.01 - Diárias
Indenizações destinadas a atender às despesas extraordinárias, de alimentação e pousada, ao militar, durante o seu afastamento da organização militar a que pertence, por motivo de serviço.

02.02 - Diárias
Diárias para indenização das despesas de alimentação e pousada, feitas pelo servidor que se deslocar da respectiva sede, em missão ou serviço.

02.03 Substituições
Vantagem devida a servidor legalmente designado, para exercer, como substituto, cargo de natureza especial, cargos e funções do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Funções do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, Funções em Comissão-FC ou Empregos em Comissão-EC.

02.04 - Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário
Gratificação pela prestação de Serviços Extraordinários, correspondentes ao período de antecipação ou prorrogação de expedientes, de acordo com o Art. 150, Ítens I e II e parágrafos, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952 e regulamentação posterior. A gratificação de que se trata não poderá ser atribuída a ocupante de chefia, direção ou assessoramento, ou que percebem gratificações, exceto as previstas nos subelementos 01.04, 01.11, 01.12, 01.13, 01.14, 02.05 e 02.06

02.05 - Gratificação pela Representação de Gabinete.
Gratificação pelo exercício de encargos em Gabinete, fixada por Decreto.

02.06 - Gratificação pelos Encargos de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal
Gratificação pelo exercício de função de auxiliar ou membro de banca ou comissão examinadora de concursos e provas bem como pelo exercício de função de professor, de curso legal ou regimentalmente instituído fora da hora normal ou extraordinária a que estiver sujeito o servidor no desempenho de seu cargo ou função.

02.07 - Gratificação de Serviços ou Estudos no País ou no Exterior
Gratificação de serviços ou estudos, no País ou no Exterior no interesse da administração.

02.08 - Plantões
Importância devida ao servidor por plantões, nos termos da legislação vigente.

02.09 - Pró-Labore
Importância devida ao servidor a título de pró-labore, de acordo com a legislação vigente.

02.10 - Auxílio-Doença
Importância devida a funcionário que se encontre afastado para tratamento de saúde há mais de 12 meses consecutivos, em consequência de doença grave especificada em Lei. (Artigo 104 e 143 da Lei nº 1.711, de 1952).

02.09 - Substituições
Vantagens devida ao militar, quando no exercício de cargo comissão ou função, cujo desempenho seja privativo de posto ou graduação superior ao seu, de acordo com os artigos 9º da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970 e 9º da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973.

3.1.1.3 - Obrigações Patronais
Despesas com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, contribuições para Institutos de Previdência e outros encargos que a administração seja levada a atender pela sua condição de empregadora e resultantes de pagamento de pessoal.
As Obrigações Patronais quando não decorrentes de pagamentos de pessoal, correrão à conta do elemento relativo às despesas que as gerou.

01 - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Despesas destinadas a formação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do servidor regido pela CLT.

02 - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS
Contribuição devida ao IAPAS pelo Distrito Federal, atendendo sua condição de empregador e resultante de pagamento de pessoal.

03 - Seguro de Acidente de Trabalho
Despesa com Seguro de Acidente de Trabalho na forma da legislação vigente.

99 - Outras Obrigações resultantes da Folha de Pagamento do Pessoal
Despesas decorrentes de Outras Obrigações que resultem da Folha de Pagamento do Pessoal.

3.1.2.0 - **MATERIAL DE CONSUMO**

Despesas com materiais diversos, de uso não duradouro.

01 - Alimentos e Bebidas
Gêneros alimentícios, e refrigerantes, inclusive água mineral.

02 - Animais destinados a Estudo, Preparação de Produtos Biológicos e Corte
Bois, cabras, camundongos, carneiros, cavalos, coelhos, macacos, porcos, sapos, etc; com a finalidade indicada.

03 - Artigo de Cama, Mesa, Banho, e Copa
Cobertores, colchas, colchões, fronhas, guardanapos, de tecido, lençóis, panos para pratos, toalhas de banho, mesa e rosto, travesseiros, etc.

04 - Artigos para Esportes e Recreação
Anzóis, linhas, redes, varas de bambu, apitos, bolas, colchões para ginástica, emblemas, óculos, raquetes, redes, chuteiras, tênis, calções, camisas, canaleiras, joelheiras, luvas, meiões, etc.

05 - Combustíveis e Lubrificantes
Álcool hidratado, carbureto, carvão, gás liquefeito do petróleo, gasolina, óleo combustível, óleo e graxas lubrificantes, óleo hidráulico, oxigênio para oficinas, querosene, etc.

06 - Explosivos e Munições
Dinamites, balas para armas de fogo em geral, detonadores, fogos de artifícios, etc.

07 - Ferramentas e Utensílios de Curta Duração
Escovas de aço, grosas, lâminas de serras, limas e limatões, ponteiros de aço, riscadores de azulejos, diamantes para vidros, rebolos para esmeril, solda, arruelas, brocas, balde, cavadeira, enxada, enxadão, enxó, facões, foices, forcados, formão, lentes, de vidro ou plástico para solda, carrinho de mão para obra, machado, marretas, martelo de borracha, navalhas para desempenadeiras, pás, colher de pedreiro, desempenadeira para pintura, espátulas, peneiras, picaretas, serrotes, talhadeiras, travadeiras simples para serrotes, escalas de madeira, ancinhos, chaves para fenda e tipo "phillipps", cunhas de aço, macho e fêmea para rosquear, óculos para solda, porta-eletrodos.

08 - Impressos
Impressos destinados a processamento de dados, tipografia "off set", segurança e impressos com relevo e padronizados, etc.

09 - Material para Acondicionamento e Embalagem
Caixas, caixotes, engradados de madeira, fitas sintéticas, conservadores de gelo, placas e recipientes de isopor ou papelão, garrafas, garrafões, fitas metálicas, recipientes de tecido, plástico ou papel, malotes, sacos, sacolas com ou sem impressão, etc.

10 - Material de Construção e Acabamento
Arame para construção, areia, azulejos, aguarrás, anilinas, blocos, cano, chapas de ferro, caixa d'água, caixa de gordura, caixa de descarga e acessórios, cal, canos, cantoneiras, carrapetas, cascalho, cerâmica, chuveiro simples, cimento, conexões, corrente de ferro, caibros, compensados, correntes, colas para laminados e madeiras, dobradiças, eletrodutos, fechaduras, ferros flanges, ladrilhos, manilhas, gesso lavatórios, massas para fixação de vidros, óleo de linhaça, papeleira de louça ou metal, parafusos, pastilhas, pedras em geral,

pias, porta-toalhas, pregos, ralos rebites, registros, saibro, filtros de parede, tampas para vasos sanitários, tarjetas, telhas, tijolos, torneiras, vasos sanitários, vergalhões, vidros simples e espelhados, "vitreaux", isolantes acústicos, janelas, lambris, laminados plásticos, marcos, montantes, mourões, pontaletes, portas, portais, pranchas, ripas, sarrafos, tábuas, venezianas, vigotas, tintas, impermeabilizantes, lixas para ferro e madeira, massas sintéticas, pincéis e rolos para pintura, solventes, trinchas, vernizes, zarcão, tarugos, carpetes, aspersor, bóias, baguetes de alumínio, etc.

11 - Material Destinado ao Combate de Sinistros
Produtos químicos destinados ao combate a incêndio, etc.

12 - Material para Agropecuária, Coudelaria e Zootecnia
Arame farpado, cravos, ferraduras, ferro para forjar telas, cabrestos, cangas, lombinhos, rédeas, tiradeiras, adubos químicos e orgânicos, corretivos para solo fungicidas, herbicidas e outros defensivos inseticidas, sementes, mudas e plantas, aplicadores manuais de inseticidas, baldes para ordenha, cordas, artigos e medicamentos veterinários, pulverizador plástico, etc.

13 - Material para Alfaiataria e Capotaria
Agulhas de mão e máquina, alfinetes para costura, botões, colchetes, entretelas, fivelas, linhas para costura, algodão bruto, arruelas de abas, botões rápidos, cortiças, couros, napas, courvins, espumas de "nylon", mantas de sisal, molas, óleados, plásticos, tachas, tecidos variados para estofados, cordão para persiana, para mastros, etc.

14 - Material para Expediente e Ensino
Agendas, alfinetes para painéis, almofadas para carimbos, apagadores para quadros, borrachas para lápis, tinta e datilografia, calendários, canetas esferográficas e hidrográficas, cargas para canetas, cartolinas, cola, clips, colchetes, carimbos de borracha, cadernos escolares, corretores, elásticos, envelopes plásticos, esponjeiras, estiletes para "stencil", etiquetas, extratores de grampos, fichas de cartolinas, fitas adesivas, fitas, para máquinas, fixadores, gelatinas para cópias, gomeiros, grampos, índices, lápis em geral, livros em brancos, limpas-tipos, matrizes para duplicadores, papel acetinado, papel almaço, papel "buffon", papel camurça, papel carbono, papel copiador infravermelho, papel corretivo, papel crepom, papel heliográfico, papel jornal, papel "Kraft", papel para cópias xerográficas, eletrostáticas e em fotocopiadores a seco, papel sulfite, pastas de cartolinas, fibras e plásticos, percervejos, pincel atômico, porta-canetas, reabastecedo-

res para pincel atômico, réguas de plástico ou baquelite, registradores A-Z, restauradores reveladores, tintas para canetas, carimbos, tintas para duplicadores, tintas para sistema "off-set", tonalizadores, visores para pastas, verniz corretor, giz, livros escolares, mapas, "slides" didáticos, matéria-prima para práticas educativas, fitas corretivas, colchetes, tripés e descanso para quadro, etc.

15 - Material para Cinematografia, Fotografia, Radiologia, Radiofonia e Telecomunicações
Ácidos e sais para revelação e fixação de filmes, banheiras de plástico, envelopes e papel para fotografias, filmes, filtros, funil de alumínio, lâmpadas, bem como qualquer outro material necessário à tiragem, revelação, cópias e fixação de fotografias, fitas magnéticas, discos, agulhas para vitrolas, fitas para telex, etc.

16 - Material para Instalação Elétrica e Iluminação
Arandelas, bases, botões para campainhas, cabos, calhas para lâmpadas, camisas para lampiões, campainhas, "cleats", disjuntores, espelhos, fibras isolantes, fios em geral, fitas isolantes, fusíveis, globos, grades para calhas, grampos, hastes para pára-raios, interruptores, lâmpadas, lampiões, lanternas, papéis isolantes, pilhas, pinos, pratos para lâmpadas, quadros de distribuição, rabichos, reatores de partida simples e rápida, receptáculos, refletores, resistências, roldanas, "start", soquetes, suportes, terminais, tomadas, verniz isolante, luvas isolantes, etc.

17 - Material para Limpeza, Conservação e Higiene
Baldes plásticos, bombas manuais para inseticida, desentupidores de pias e vasos, escovas e escovões, espanadores, esponjas, estopas, flanelas, lãs de aço, mangueiras plásticas, pás para lixo, palhas de aço, panos para limpeza, rodos, vassouras, cotonetes, cremes de barbear, desodorantes, escovas, estojos de barbear manuais, lâminas, pasta dental, pentes, sabonetes, "shampoos", capachos, papéis para higiene, água sanitária, álcool, ceras para assoalho e veículos, desinfetantes, detergentes, inseticidas domésticos, limpadores, óleos de limpeza, removedores, sabões em geral, saponáceos, soda cáustica, polidores, cinzeiros de vidro, sacos plásticos para lixo, recipientes coletores de lixo etc.

18 - Material para Sinalização, Identificação e Segurança
Artigos para sinalização rodoviária, lacres, placas e plaquetas de metal ou acrílico em geral, letras refletivas, crachá para identificação, etc.

19 - Material para Uso em Hospitais, Clínicas Odontológicas e em Laboratórios
Abaixadores de língua, agulhas hipodérmicas, algodão, esparadrapos, gases, sacos para gelo, seringas, termômetros, fios para suturas, grampos, luvas de borrachas, borrachas em tiras para separar dentes, ceras, cimento, dentes, porcelanas, medicamentos, soros, vacinas, vidraria e material para laboratório, lixas, etc.

20 - Peças e Acessórios para Móveis e Equipamentos
Peças e acessórios para aeronaves, aparelhos do tipo doméstico e técnicos, embarcações, equipamentos de combate a incêndio e de comunicação, sinalização, processamento de dados e microfilmagem, instrumentos musicais, máquinas de escritório, de implementos e oficinas, motociclos, veículos ferroviários, móveis e equipamentos médicos-hospitalares e odontológicos, móveis em geral, peças para máquinas, motores e aparelhos para indústria, comércio e transportes, armação para pasta suspensa, etc.

21 - Peças e Acessórios para Veículos
Bateria, pneus, câmaras-de-ar, válvulas, peças e acessórios em geral para todos os tipos de veículos, etc.

22 - Utensílios de Curta Duração para Copa e Cozinha
Açucareiros de vidro, cestos para pão, de madeira, plásticos ou vime, coadores para café, colheres de madeira, copos, filtros de louças ou cerâmica, formas de vidro, garrafas térmicas, jarras de louça ou vidro, pratos de louça ou papelão, recipientes de louça ou plástico, velas para filtros, xícaras de louça, etc.

23 - Vestuários em Geral
Calçados profissionais, uniformes civis e seus complementos, uniformes militares e seus complementos, inclusive insígnias, platinas, divisas, etc.

24 - Material para Desenho
Apagadores para desenho, decalque a seco, dispersantes, grafites, lixas para grafites, escovas para desenho, papel apergaminhado, papel canson, papel manteiga, papel milimetrado, papel vegetal, penas para desenho, pincéis para pranchetas, tintas para canetas de desenho, facas olfa, gabaritos e transferidores de plásticos e lapiseiras, etc.

25 - Artigos e Utensílios de Curta Duração para Decoração
Recipientes de plásticos ou metal para plantas com ou sem corrente, arranjo de mesa, etc.

99 - Diversos
Material de consumo não classificados nos subelementos previstos.

3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS

Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoa física, sem vínculo empregatício, ou pessoa jurídica, mediante, contrato ou não.

3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais

01 - Remuneração de serviços de natureza eventual prestado por pessoa física, sem vínculo empregatício. Inclui a prestação de serviços por estudantes, na condição de estagiários ou monitores, etc.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos
Despesas com serviços prestados por terceiros, mediante contrato ou não e com encargos diversos da Administração.

01 - Atendimento Médico e Odontológico
Serviços prestados, mediante contrato ou não, que se refiram a atendimento médico e odontológico, internação e assistência hospitalar, serviços de enfermagem, campanhas de saúde e outros que, pela sua natureza se incluem em trabalhos específicos da profissão médica e odontológica, etc.

02 - Contabilidade, Auditoria, Orçamento e Consultoria
Serviços prestados mediante contrato ou não, que se refiram ao título.

03 - Cópias Fotostáticas e Heliográficas
Cópias fotostáticas e heliográficas de qualquer documento de interesse da administração.

04 - Serviços de Decoração
Despesas com a execução de serviços de decoração.

05 - Divulgação, Publicidade, Propaganda e Promoções
Publicações em Geral: livros, monografias, coletâneas de leis, atos da Administração, anúncios, avisos, boletins, circulares, editais, folhetos e outras modalidades de informação, divulgação, propaganda e/ou publicidade (legal, institucional e/ou promocional), através dos veículos tradicionais (imprensa falada, escrita e televisada) e dos veículos especiais, usualmente empregados pelas agências de propaganda, inclusive o material de consumo em que se inserir a propaganda e respectivos serviços de terceiros. Exemplos de veículos especiais de propaganda: abotoaduras, adesivos, agendas, anéis, balões, bandeirolas, bastões, bolas, bonés, borrachas, caixas de fósforo, calendários, camisas, canetas, cartões, chaveiros, cinzeiros, discos, fitas gravadas, emblemas, estandartes, etiquetas, faixas, flâmulas, gorros, jogos, lápis, out-doors, posters, rótulos, sacolas, selos promocionais, stands, etc.

06 - Emolduramentos
Colocação de molduras em quadros, mapas, etc.

07 - Encadernação de Livros e Documentos
Encadernação de livros, diários oficiais, revistas e quaisquer documentos de interesse da Administração, etc.

08 - Estudo, Pesquisa e Planejamento
Despesas decorrentes de estudos, pesquisas, planejamentos, etc.

09 - Fretes e Carretos
Transporte de material em geral, embalagens, armazenagens e seguro de transporte, quando incluso no conhecimento ou documento equivalente.

10 - Fornecimento de Alimentação Preparada
Alimentação preparada, fornecida a Órgão do Governo do Distrito Federal, refeições e "buffets", etc.

11 - Higiene e Tratamento da Água
Despesas com tratamento de água.

12 - Exames de Laboratório
Exames de laboratório em geral.

13 - Levantamento, Prospecção e Análise de Dados
Despesas contratuais de levantamento, prospecção e análise de dados estatísticos, econômicos, sociológicos, etc.

14 - Levantamento, Prospecção e Análise de Dados Geográficos, Topográficos e Aerofotogramétricos
Despesas contratuais de levantamento, prospecção e análise de dados geográficos, topográficos e aerofotogramétricos.

15 - Locação de Aeronaves
Locação de aviões, etc.

16 - Locação de Equipamentos Médicos e Hospitalares
Locação de material conforme o título.

17 - Locação de Máquina de Contabilidade e Processamento de Dados
Locação de máquinas e respectivos complementos, conforme o título.

18 - Locação de Máquinas de Escritório
Locação de máquinas e respectivos complementos, destinados a escritórios.

19 - Locação de Máquinas de Obras
Locação de compactadoras, compressoras, misturadoras e espalhadoras de asfalto, britadoras e vibradoras, etc.

20 - Locação de Máquinas e Implementos Agrícolas
Locação de destocadoras, semeadoras, ancinhos mecânicos, colhedeiras, etc.

21 - Locação de Veículos Automotores
Aluguel de automóveis, caminhões, camionetas e outros veículos, para execução de trabalhos que não possam ser desempenhados através de veículos integrantes da frota do Governo do Distrito Federal.

22 - Plantio e Reflorestamento
Despesas decorrentes de plantio e reflorestamento.

23 - Reparos e Conservação de Aparelhos de Comunicação
Reparos e conservação de aparelhos de comunicação em geral, executados por terceiros.

24 - Reparos e Conservação de Aparelhos de Medicina, Cirurgia e Odontologia
Reparos e conservação de aparelhos de medicina, cirurgia e odontologia em geral, executados por terceiros.

25 - Reparos e Conservação de Máquinas de Escritório
Reparos e conservação de máquinas de escritório em geral, executados por terceiros.

26 - Reparos e Conservação de Utensílios de Escritório
Reparos e conservação de utensílios de escritório em geral, executados por terceiros.

27 - Reparos e Conservação de Móveis em Geral
Reparos, adaptação e conservação de bens móveis em geral, executados por terceiros.

28 - Reparos e Manutenção de Veículos, Máquinas e Implementos.
Reparos e manutenção de veículos, máquinas e implementos em geral, executados por terceiros.

29 - Seleção e Treinamento de Pessoal
Contratação de serviços com órgão ou entidade para seleção, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, concursos, fiscalização de provas, etc.

30 - Serviços de Alfaiataria
Despesas decorrentes de serviços de alfaiataria.

31 - Serviços de Bilheteria e Portaria
Despesa com serviços prestados, que se refiram ao título.

100.47/86
P. 17

32 - Serviços de Taquigrafia, Tradução e de Datilografia
Despesas decorrentes de contratação de serviços de estenografia, taquigrafia, tradução e de datilografia.

33 - Serviços Fotográficos, Cinematográficos e de Som
Despesas decorrentes de contratação de serviços de fotografia, cinematografia e de som.

34 - Serviços de Limpeza
Serviços prestados, que se refiram à limpeza em geral.

35 - Serviços de Organização e Métodos
Despesas com serviços de organização e métodos.

36 - Serviços de Processamento de Dados e Microfilmagem
Serviços prestados com processamento de dados e microfilmagem.

37 - Serviços de Profilaxia
Despesas com medidas de prevenção contra doenças, etc.

38 - Serviços de Raios X e Abreugrafia
Despesas decorrentes de exames de raios X e abreugrafia.

39 - Vigilância e Segurança
Despesas com vigilância e segurança em geral.

40 - Edição de Jornais, Livros e Revistas
Despesas decorrentes de edição de jornais, livros e revistas.

41 - Assinatura de Periódicos
Assinatura, permanente ou temporária, de jornais, revistas e recortes de jornais, boletim e outras publicações para órgãos técnicos.

42 - Água e Esgoto
Tarifas de água e esgoto, bem como despesas decorrentes de sua instalação.

43 - Comissões e Despesas Bancárias
Despesas decorrentes de operações realizadas por intermédio de estabelecimento de crédito.

44 - Energia Elétrica
Tarifas de energia elétrica, bem como despesas decorrentes de sua instalação.

45 - Locação de Imóveis
Locação de prédios e salas, inclusive condomínio, para instalação e funcionamento de repartições do Governo do Distrito Federal, bem como para residência oficial dos Secretários de Estado.

46 - Passagens, Transportes de Pessoas e suas Bagagens, Pedágios
Despesas de viagem: passagens, transportes de pessoas e suas bagagens; hospedagem com ou sem alimentação, pedágios e passagens para convidados, etc. Não poderá ser concedido suprimento de fundos a servidor, à conta deste item, para ocorrer ao pagamento de despesas de alimentação e pousada.

47 - Portes e Telegramas
Portes de correspondência, registros postais, e aéreos, telegramas, radiogramas, etc.

48 - Serviços Domésticos
Serviços prestados, mediante contrato ou não que se refiram a cozinha, lavagem de roupas e outros que, pela sua natureza, possam ser incluídos entre os de serviços domésticos.

49 - Telefones e Telex
Assinatura e tarifas telefônicas e de telex, etc.

50 - Reparos e Conservação de Imóveis
Reparos e conservação de prédio do poder público, executados por terceiros, mediante contrato ou não, compreendendo impermeabilização, pintura, substituição de rede elétrica ou hidráulica, substituição de pisos, etc.

51 - Promoções Artísticas e Culturais
Despesas com material de consumo e de pronta utilização e mão-de-obra prestada diretamente para a promoção, confecção de palcos, palanques, painéis para exposições e "stands", troféus para distribuição em concursos e festivais, pagamento de cachês, prêmios a artistas ou grupos para montagem de peças teatrais ou promoção de natureza artística ou cultural.

52 - Reparos e Conservação de Aparelhos do Tipo Doméstico
Reparos e conservação de bens em uso nos órgãos públicos tais como ventiladores, refrigeradores, ar condicionado, máquinas de café, etc.

60 - Serviços de Desenho
Serviços de desenho técnico, artístico, industrial, inclusive criação a arte final de logotipos.

61 - Artigos para Festas
Aquisição de materiais para distribuição gratuita em feiras de amostras, exposições, festas natalinas, etc, e com programas relacionados com atividades educacionais, assistenciais, de saúde pública, turísticas.

32 - Serviços de Taquigrafia, Tradução e de Datilografia
Despesas decorrentes de contratação de serviços de estenografia, taquigrafia, tradução e de datilografia.

33 - Serviços Fotográficos, Cinematográficos e de Som
Despesas decorrentes de contratação de serviços de fotografia, cinematografia e de som.

34 - Serviços de Limpeza
Serviços prestados, que se refiram à limpeza em geral.

35 - Serviços de Organização e Métodos
Despesas com serviços de organização e métodos.

36 - Serviços de Processamento de Dados e Microfilmagem
Serviços prestados com processamento de dados e microfilmagem.

37 - Serviços de Profilaxia
Despesas com medidas de prevenção contra doenças, etc.

38 - Serviços de Raios X e Abreugrafia
Despesas decorrentes de exames de raios X e abreugrafia.

39 - Vigilância e Segurança
Despesas com vigilância e segurança em geral.

40 - Edição de Jornais, Livros e Revistas
Despesas decorrentes de edição de jornais, livros e revistas.

41 - Assinatura de Periódicos
Assinatura, permanente ou temporária, de jornais, revistas e recortes de jornais, boletim e outras publicações para órgãos técnicos.

42 - Água e Esgoto
Tarifas de água e esgoto, bem como despesas decorrentes de sua instalação.

43 - Comissões e Despesas Bancárias
Despesas decorrentes de operações realizadas por intermédio de estabelecimento de crédito.

44 - Energia Elétrica
Tarifas de energia elétrica, bem como despesas decorrentes de sua instalação.

45 - Locação de Imóveis
Locação de prédios e salas, inclusive condomínio, para instalação e funcionamento de repartições do Governo do Distrito Federal, bem como para residência oficial dos Secretários de Estado.

70 - Seguros Pessoais
Seguro de responsabilidade civil.

71 - Seguros de Bens
Seguros de bens do Governo do Distrito Federal

72 - Intercâmbio Técnico e Cultural
Despesas decorrentes da vinda e permanência no Distrito Federal de cientistas, professores, técnicos, literatos, artistas, conferencistas, etc., quando convidados pelo Governo do Distrito Federal, bem como contribuições para despesas com bolsistas em estudos no Distrito Federal.

73 - Bolsas de Estudo
Bolsas de estudo concedidas aos servidores do Governo do Distrito Federal.

74 - Reflorestamento, Conservação e Defesa dos Recursos Naturais
Reflorestamento, conservação e defesa de recursos naturais.

75 - Promoções Turísticas, Recreativas e Desportivas
Despesas com promoções como: carnaval, páscoa, aniversário de Brasília, festas juninas, festival folclórico, natal, semana da Pátria, competições exportivas nacionais e internacionais e outras, incluindo despesas com recepção e hospedagem de convidados oficiais do Governo do Distrito Federal, serviços prestados, aquisição de material de consumo e de pronta utilização para adaptação a próprios do Governo, decoração e ornamentação em geral, aluguel de viaturas, assim como o custeio de festas e recepções.

76 - Realização de Congressos ou Simpósios
Realização de congressos ou simpósios patrocinados, no todo ou em parte, pelo Governo do Distrito Federal.

77 - Serviços de caráter confidencial ou reservado
Serviços de qualquer natureza, realizadas em diligência, coleta e processamento de informações e outras necessárias em serviço de caráter confidencial ou reservado. As prestações ou tomadas de contas da aplicação de dotações para despesas de caráter confidencial ou reservado conterão, além dos elementos exigíveis pela lei n 5.538/68 e pelo Ato Regimental n 9/80, do Tribunal de contas do Distrito Federal, documentos que especifiquem a natureza de cada despesa realizada e a sua justificação.

78 - Despesas de Cerimonial

Despesas de qualquer natureza realizada exclusivamente pelo serviço de cerimonial do Gabinete Civil, ordenadas pelo respectivo chefe ou seu substituto legal, na forma do artigo 80 e seus parágrafos, do Decreto lei, n 200, de 25 de fevereiro de 1.967.

79 - Despesas de Viagem do Governador
Despesas de Viagem do Governador e convidados, compreendendo passagem, transporte pessoal e de bagagem, pedágios, hospedagem, alimentação e despesas com cerimonial fora do Distrito Federal, dispensando-se à mesma idêntico tratamento para as do item 77 anterior. Excluem-se os servidores do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

80 - Sinalização Estratigráfica
Despesas com pintura de faixas em pistas de rolamento.

81 - Encargos Tributários
Despesas com obrigações tributárias.

82 - Indenizações
Indenização por danos causados ao patrimônio público ou privado, inclusive por acidente de tráfego, na forma da legislação vigente.

83 - Restituições
Restituições de importâncias a qualquer título recolhidas indevidamente aos cofres do Distrito Federal, inclusive saldos de convênios.

84 - Reparos e Conservação de Áreas públicas
Reparos e conservação de vias públicas, áreas verdes, parques e outros logradouros públicos.

99 - Eventuais
Despesas de encargos diversos não especificados em nenhum dos subelementos previstos.

3.1.9.0 - DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO

Despesas decorrentes de Sentenças Judiciárias e de Exercícios Anteriores classificáveis como Despesas de Custeio.

3.1.9.1 - Sentenças Judiciárias
Importância devida pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de Sentença Judiciária conforme a ordem de apresentação dos precatórios, ou que se incluam nos termos do artigo 117 da Constituição Federal.

3.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesas de custeio de exercícios anteriores, e que venham a ser apuradas após o término de cada exercício ou ainda que se incluam nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e legislação complementar.

3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para transferências ou subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

3.2.1.0 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

Transferências feitas no âmbito de cada Governo.

3.2.1.1 - Transferências Operacionais
Transferências decorrentes da Lei de Orçamento e destinadas a atender despesas correntes de autarquias e fundações instituídas pelo Poder Público.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para ocorrer às despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender às despesas correntes, exceto as de Pessoal e Encargos Sociais.

3.2.1.2 - Subvenções Econômicas
Subvenções econômicas a empresas federais, estaduais e do Distrito Federal, privadas, sociedades de economia mista, de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril, e que se incluem nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para ocorrer às despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender às despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

3.2.1.3 - Contribuições Correntes
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento.

3.2.1.4 - Contribuições a Fundos
Transferências feitas a Fundos, nos termos da legislação vigente.

3.2.1.5 - Transferências Operacionais a Territórios
Transferências decorrentes da Lei de Orçamento e destinadas a atender despesas correntes.

3.2.1.6 - Contribuições a Territórios
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento.

3.2.2.0 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

Transferências feitas de um nível de governo a outro, ou entre Estados ou entre Municípios.

3.2.2.1 - Transferências à União
Transferências feitas à União pelo Distrito Federal.

3.2.2.2 - Transferências a Estados
Transferências feitas a Estados pelo Distrito Federal.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para ocorrer às despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender às despesas correntes, exceto as de Pessoal e Encargos Sociais.

03 - Contribuições Correntes
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento.

3.2.2.3 - Transferências a Municípios
Transferências feitas a Municípios pelo Distrito Federal.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para ocorrer às despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender às despesas correntes, exceto as de Pessoal e Encargos Sociais.

03 - Contribuições Correntes
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento.

3.2.2.4 - Transferências a Instituições Multigovernamentais
Transferências feitas a entidades criadas entre Estados e/ou Municípios e/ou diferentes níveis de governo, tais como, autarquias instituídas por dois ou mais municípios visando ao abastecimento d'água.

3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Transferências feitas a entidades de direito privado, destinadas a cobrir Despesas de Custeio.

3.2.3.1 - Subvenções Sociais
Subvenções sociais a instituições que prestam serviços de assistência social, médica e educacional, conforme artigos 16 e 17 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

3.2.3.2 - Subvenções Econômicas
Subvenções econômicas a Instituições Privadas conforme os artigos 18 e 19 da Lei nº 4.320 de 17 de março de de 1.964.

01 - Pessoal e Encargos Sociais
Transferências para ocorrer às despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

02 - Outras Despesas Correntes
Transferências para atender às despesas correntes, exceto as de Pessoal e Encargos Sociais.

3.2.3.3 - Contribuições Correntes
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento.

3.2.4.0 - TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR

Transferências Correntes feitas a governos estrangeiros e Organismos Internacionais e de Contribuições a Fundos Internacionais.

3.2.4.1 - Transferências a Governos
Transferências feitas a governos estrangeiros.

3.2.4.2 - Transferências a Organismos Internacionais
Transferências a organismos internacionais inclusive a organismos que tenham sede ou recebam os recursos no Brasil.

3.2.4.3 - Contribuições a Fundos Internacionais
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento ou de acordos internacionais.

3.2.5.0 - TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS

Despesas para ocorrer ao pagamento a inativos, civis e militares, pensionistas civis e militares, salário-família a servidores estatutários, ajuda financeira a estudantes carentes, assistência médico-hospitalar, benefícios da previdência social, indenizações de acidentes de trabalho e outras transferências a pessoas.

3.2.5.1 - Inativos
Pagamento a inativos civis e militares.

01.00 - Pessoal Civil
Despesas com proventos, vantagens incorporadas e abono provisório dos inativos civis.

01.01 - Proventos
Proventos de servidores na inatividade.

01.02 - Vantagens Incorporadas
Vantagens incorporadas, do servidor na inatividade.

01.03 - Abono Provisório
Abono provisório pago ao servidor na inatividade.

02.00 - Pessoal Militar
Despesas com proventos, vantagens incorporadas, adicional, auxílio invalidez e complementos de proventos dos inativos militares.

02.01 - Proventos
Proventos do militar na inatividade, constituído do soldo ou cotas do soldo, de acordo com o estabelecido nas Leis nºs 5.619/70 e 5.906/73.

02.02 - Vantagens Incorporadas
Vantagens incorporadas do militar na inatividade.

02.03 - Adicional de Inativos
Adicional de inatividade, do militar, na forma espressa nas Leis nºs 5.619/70 e 5.906/73.

02.04 - Auxílio Invalidez
Importância devida ao militar na inatividade, do auxílio invalidez, na conformidade das Leis nºs 5.619/70 e 5.906/73.

02.05 - Complemento de Proventos
Complemento de proventos aos militares inativos.

3.2.5.2 - Pensionistas
Despesas com pensionistas civis e militares.

01 - Pensões Militares
Despesas com pensões militares

02 - Abono Provisório
Despesas com abono provisório na forma da legislação vigente.

03 - Outras Pensões
Pensões não compreendidas nos itens anteriores.

3.2.5.3 - Salário Família
Despesas com servidores estatutários, inclusive aquele devido a Servidores regidos pela CLT, que corre à conta do sistema previdenciário.

01.00 - Pessoal Civil
Salário-família do servidor civil ativo.

02.00 - Pessoal Militar
Salário-família do militar da ativa.

03.00 - Inativos Civis
Salário-família do servidor civil inativo.

04.00 - Inativos Militares
Salário-família do militar inativo.

05.00 - Pensionistas
Salário-família dos pensionistas civis e militares.

3.2.5.4 - Apoio Financeiro a Estudantes
Ajuda financeira concedida a estudantes carentes.

3.2.5.5 - Assistência Médico-Hospitalar
Assistência prestada a servidores da entidade, desde que não seja este seu objetivo final.

3.2.5.6 - Benefícios da Previdência Social
Benefícios devidos pelos sistemas previdenciários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.2.5.7 - Indenizações de Acidentes de Trabalho
Indenizações devidas pelo sistema previdenciário.

3.2.5.9 - Outras Transferências a Pessoas
Despesas com abono-familiar, auxílio-funeral (Pessoal Militar), etc.

01 - Abono-Familiar
Despesas com abono-familiar, de acordo com a legislação em vigor.

02 - Auxílio-Funeral
Auxílio-funeral concedido à família do servidor civil inativo ou militar falecido, para custear as despesas com seu sepultamento, de acordo com a legislação em vigor.

03 - Auxílio Social
Despesas com: assistência a migrantes e população carente; assistência a menores em situação irregular e carente; auxílio financeiro a integrantes de famílias de baixa renda, cadastrados em projetos voltados para a melhoria da renda familiar; assistência a grupos comunitários carentes.

3.2.6.0 - ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA

Despesas com juros e outros encargos da dívida interna do Distrito Federal.

3.2.6.1 - Juros da Dívida Contratada
De acordo com a Ementa.

3.2.6.2 - Outros Encargos da Dívida Contratada.
De acordo com a Ementa.

3.2.6.3 - Juros sobre Títulos do Tesouro
De acordo com a Ementa.

3.2.6.4 - Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro
De acordo com a Ementa.

3.2.6.5 - Juros de Outras Dívidas
De acordo com a Ementa.

3.2.6.6 - Encargos de Outras Dívidas
De acordo com a Ementa.

3.2.6.7 - Correção Monetária sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita
De acordo com a Ementa.

3.2.7.0 - ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA

Despesas com juros e outros encargos da dívida externa do Distrito Federal.

3.2.7.1 - Juros da Dívida Contratada
De acordo com a Ementa.

3.2.7.2 - Outros Encargos da Dívida Contratada
De acordo com a Ementa.

3.2.7.3 - Juros sobre Títulos do Tesouro
De acordo com a Ementa.

3.2.7.4 - Descontos e Comissões sobre Títulos do Tesouro
De acordo com a Ementa.

3.2.8.0 - CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP

Cumprimento da Lei Complementar nº 8, de 03 de dezembro de 1970, que instituiu o PASEP.

3.2.9.0 - DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Despesas decorrentes de Sentenças Judiciárias e de Exercícios anteriores classificáveis como Transferências Correntes.

3.2.9.1 - Sentenças Judiciárias
Cumprimento do artigo 117 e seus parágrafos da Constituição Federal

3.2.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesas com Transferências Correntes de exercícios anteriores, que venham a ser apuradas após o término de cada exercício, ou ainda que se incluam nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação complementar.

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

Categoria econômica em que são classificados os dispêndios da Administração Pública, direta ou indireta, com aquisição de bens de capital que enriquecerão o patrimônio público ou capazes de gerar novos bens ou serviços.

4.1.0.0 - INVESTIMENTOS

Dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

4.1.1.0 - OBRAS E INSTALAÇÕES

Despesas com estudos e projetos; aquisição de imóveis necessários à realização de obras (§ 4º do artigo 12 da Lei nº 4.320/64); início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesma; Instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel.

01 - Estudos e Projetos
Estudos e projetos de engenharia e arquitetura.

02 - Edificações
Construção de prédios públicos e equipamentos urbanos, tais como: terminais ou abrigos para passageiros; passarelas; ginásios; estádios; hospitais; escolas, etc.

03 - Obras de Urbanização
Implantação de vias e logradouros públicos; meios-fios; passeios; pavimentação; implantação de áreas verdes; sinalização de vias e logradouros; iluminação pública; obras de saneamento básico; áreas de lazer ou esporte; galerias de águas pluviais, etc.

04 - Obras Rodoviárias
Desmatamento; terraplenagem; encascalhamento; pavimentação; obras de arte; sinalização, etc.

05 - Instalações e Equipamentos para Obras
Instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores; aparelhagem para ar condicionado central; câmara frigorífica; etc.

06 - Reforma, Benfeitoria ou Melhoria
Obra de melhoramento da construção para colocação de seu objeto em condições normais de utilização ou funcionamento, sem ampliar suas medidas originais, compreendendo a reconstrução parcial do imóvel; remanejamento de paredes, substituição de cobertura, construção de cercas, muros, alambrados, etc.

4.1.2.0 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Despesas com aquisição de equipamentos e materiais que, em razão da utilização, não percam a identidade física e constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

51 - Animais para Montaria, Tração e Reprodução
Animais para montaria, tiro, tração, reprodução, etc.

52 - Armamento
Revólveres, pistolas, metralhadoras, etc; e qualquer outro tipo de armamento para corporações militares, policiais e órgãos de segurança.

53 - Aparelhos e Instrumentos Técnicos para Medição, Teste e Controle
Calibradores, paquímetros, trenas, instrumentos para teste, termômetros para laboratório, balizas, miras, alinhadores ópticos, analisadores, amperímetros, aparelhos para testes, balanças em geral, bússolas, geradores de barras e de sinais, medidores de pressão, níveis para topografia, osciloscópios, medidores de consumo de energia elétrica, teodolitos, tripés especiais, voltímetros, relógios, fotômetros, conversores rotativos ou estáticos, estabilizadores de corrente, indutores, transformadores, hidrômetros, tacógrafos, higrômetros, etc.

54 - Aparelhos e Utensílios do Tipo Doméstico
Aparelhos de ar condicionado, aspiradores de pó, batedeiras de bolo, bebedouros, circuladores de ar, enceradeiras, espremedores de frutas, esterelizadores, ferros de engomar, fogões a gás e elétricos, fritadores elétricos, liquidificadores, máquinas de cortar frios, máquinas de costura, máquinas de café, máquinas de lavar e passar, máquinas de lavar louças, refrigeradores domésticos, comerciais, industriais, ventiladores, etc.; açucareiros de aço, aparelhos para café, chá e jantar em metal, assadeiras de metal, bacias, bandejas, batedeiras de ovos, batedeiras de alumínio, bules, caldei-

rões, conchas, escadas metálicas, espumadeiras, faqueiros, formas de alumínio, jarras térmicas de metal, marmitas, panelas, talheres em geral, chaleiras, etc.

55 - Equipamentos para Combate e Prevenção de Sinistros
Equipamentos necessários ao combate de incêndio e outros sinistros.

56 - Equipamentos para Escritório
Máquinas de escrever, de calcular, de contabilidade, de franquia postal ou semelhante, caixas registradoras, máquinas perfuradoras, autenticadores de cédulas, mimeógrafos, gravadores eletrônicos de estêncil, máquinas de endereçar, de plastificação, fotocopiadoras, máquinas heliográficas, impressoras e gravadores "off-set", etc.

57 - Equipamento para Processamento de Dados e Microfilmagem
Copiadoras, leitoras, etc., e todo equipamento para processamento de dados.

58 - Bandeiras
Bandeiras, brasões, estandartes, etc.

59 - Instrumentos Musicais
Acordeons, bandas rítmicas, oboés, pandeiros, pianos, órgãos, surdos, tambores, tímpanos, trombones, violões, violinos, violoncelos e outros instrumentos musicais de qualquer natureza.

60 - Instrumentos para Desenho
Achuriadores, adaptadores para aranhas, aparelhos de pontear, aranhas, canetas para desenho, compassos, cintéis, curvas francesas e universais, coordenatógrafos, escalas, esquadros, estojos para desenho, esteógrafos, normógrafos, planímetros, refletores para pranchetas, réguas flexíveis, réguas para guias, réguas metálicas, réguas "T", réguas com tira-linhas, tenígrafos, tira-linhas, transferidores metálicos, réguas curvas flexíveis, etc.

61 - Livros e Publicações Técnicas
Enciclopédias e obras especializadas em geral.

62 - Máquinas, Aparelhos, Ferramentas e Utensílios de Longa Duração para Oficinas
Alargadores, arcos de pua e de serra, bigornas, caixas para ferramentas, chave "allen", de boca, estria, inglesa, em "L", desempenadores, esquadros metálicos, extensões de encaixes, ferros para solda, grampeadores para estofadores, lamparinas para bombeiros, máscaras para solda, níveis, pistolas para pintura, plainas manuais, prumos, escalas de metal, quadros de ferramentas, saca-pinos, sargentos de ferro, soquetes, sutas

alavancas, alicates, estratores de parafusos, gravadores de aço estampados, cossinetes, podadores de grama, almotolias metálicas, macacos tipo "jacaré", mandril, carregador elétrico de bateria, geradores de oxiacetileno para solda, desempenadeiras, desengrossadeira, entalhadeiras, esmeril elétrico, forjas, lixadeiras elétricas, máquinas para cortar, fresar, furar, abrir roscas, rebitar, soldar, pontear, prensar, máquinas retificadoras, serras elétricas e hidráulicas, tesouras elétricas, tornos elétricos, tupias, vulcanizadoras, pistolas de pulverização, martelo de aço, numerador elétrico para pneus, bomba para lubrificação, bomba transferidora de óleo, etc.

63 - Máquinas e Implementos para Agricultura e Obras
Destocadoras, tratores, niveladores, arados de tração mecânica, grades de disco, cultivadores, aparelhos distribuidores de fertilizantes, pulverizadores, enxadas rotativas, plantadeiras, ancinhos mecânicos, colhedeiras, debulhadeiras, classificadoras de ovos, descaroçadores de algodão, máquinas para ordenhar, desnatar, polvilhadoras, etc., máquinas empilhadeiras, escavadoras, cortadoras de grama, dragas secas e semelhantes, escarificadores, rolos compressores, máquinas compactadoras de argamassa, máquinas e aparelhos de perfuração, arados de tração animal, bebedouros automáticos, cultivadores manuais ou de tração animal, prensas para essências, etc.

64 - Máquinas, Motores e Aparelhos para Indústria, Comércio e Transporte
Teares, moinhos para cereais, café etc., máquinas para fundir tipos, compor, fazer clichês, prensas para numerar, marcar e picotar papéis, guinchos manuais, diferenciais de Weston, guindastes, máquinas grampeadoras e picotadoras, caldeiras, geradores elétricos, motores marítimos, estacionários, hidráulicos quer a gasolina, diesel e a querosene, bombas para água, gasolina, ou a vácuo, compressores, conjuntos de lubrificantes destiladores, geradores de espuma, máquinas de lavar autos, balcões frigoríficos, etc.

65 - Material Desportivo de Recreação e de Campanha
Arcos para basquetebol e ginásticas, baliza, bancos para ginástica, bastão para corridas de revezamento, bombas para encher bolas, maca de madeira para educação física, plinto para saltos, saltômetros, trampolins, varas de salto, etc., barracas, camas, cantis, casas desmontáveis, pára-sol, redes, toldos, etc.

66 - Aparelhos e Utensílios para Comunicação, Sinalização e Fotocinematografia
Aparelho de sinalização, de qualquer espécie, de trânsito terrestre, marítmo, fluvial, lacustre e aéreo, e aparelhos receptores e transmissoras de televisão., de

radiotelegrafia e radiotelefonia, rádio para avião, radiofonógrafo, equipamento de rádio para direção e navegação aérea, aparelhos de radar e semelhantes, aparelhos de telefonia e telegrafia, rádios para automóveis, ditafones, cilindros e rádios domésticos, amplificadores, coladeiras de filmes, copiadores de "slides", cortadeiras, esmaltadeiras, "flasches", guias para revelação de filmes, projetores, máquinas fotográficas, fotogramétricas, filmadoras, marginadoras, objetivas, aparelhos registradores de som, interfones, aparelhos de telex, etc.

67 - Material para Decoração, Objetos de Arte e para Coleção
Quadros, pinturas, desenhos, gravuras, estampas, litografias, estátuas e esculturas de qualquer material, animais empalhados, dissecados, conservados em álcool ou outro processo, esqueletos de animais, coleção de zoologia, botânica e mineralogia, objetos para coleção de interesse histórico-arqueológico, tais como: objetos indígenas, armas antigas e desusadas de qualquer espécie, selos e semelhantes, etc. cinzeiros de pé, cortinas, tapetes, lustres, persianas, toldos, vasos decorativos, etc.

68 - Mobiliário em Geral
Armários, arquivos, balcões de aço, bandejas para expediente, banquetas, cadeiras, fichários, guarda-roupas de aço, grupos estofados, mapotecas, mesas em geral, poltronas, pranchetas, separadores de livros, armários para copa e cozinha, camas, camiseiros, criados-mudos, dormitórios completos, guarda-roupa de madeira, mesas para copa, paneleiros, penteadeiras, estantes, armários especiais, cadeiras e carteiras escolares, quadros escolares, cadeiras empilháveis para auditórios, estrados, divisórias de aço ou de madeira, etc.

69 - Móveis, Aparelhos, Instrumentos e Utensílios para uso em Clínicas Odontológicas, em Hospitais e em Laboratórios
Aparelhos para endoscopia, cirurgia, oftalmologia, veterinária, mecanoterapia, odontologia, psicologia, oxigenoterapia, ozonoterapia, aparelhos eletrocirúrgicos, aparelhos de raios X, aparelhos para surdez, ortopédicos e similares, cadeiras para dentistas, aparelhos para soro e para pressão, estetoscópios, tensiômetros, etc., alças de platina, alveolótomos, aparadores, braceiras para injeção, bicos de Bunsen, etc., móveis em geral para uso em hospitais, clínicas odontológicas e laboratórios.

70 - Utensílios para Escritório
Apontadores de lápis (de mesa), carimbos de metal, grampeadores, perfuradores de papel, porta-fitas, rebordeadores de plantas, rotuladores manuais, tesouras de aço, porta-carimbos, etc.

71 - Veículos e Equipamentos para Veículos
Ambulâncias, automóveis, caminhões, camionetas, furgões, "pick-ups", ônibus, carros-fortes, jeep, veículos providos de bombas, escadas, guinchos, tanques, vassouras, etc; motocicletas, motonetas, etc., caçambas, basculantes, guindastes, tanques irrigadores, coletores e compactadores de lixo, carrocerias, carretas, trailers e qualquer equipamento para ser montado ou tracionado por veículos, máquinas e aparelhos ferroviários, aviões, helicópteros, navios e dragas flutuantes, guindastes, e outras embarcações.

72 - Veículos de Tração Pessoal e Animal
Bicicletas, triciclos, carrinhos de mão, charretes, carroças, etc.

99 - Diversos
Equipamentos e Material Permanente não classificáveis nos itens previstos.

4.1.3.0 - INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL

Despesas previstas em programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa e que resultem em investimentos.

4.1.4.0 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS INDUSTRIAIS OU AGRÍCOLAS

Despesas resultantes da participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas, conforme o § 4º do artigo 12, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

01 - Participação em Constituição de Capital de Empresas Industriais
De acordo com a Ementa.

02 - Participação em Constituição de Capital de Empresas Agrícolas
De acordo com a Ementa.

03 - Participação em Aumento de Capital de Empresas Industriais
De acordo com a Ementa.

04 - Participação em Aumento de Capital de Empresas Agrícolas
De acordo com a Ementa.

05 - Participação em Constituição de Capital de Entidades Industriais
De acordo com a Ementa.

06 - Participação em Constituição de Capital de Entidades Agrícolas
De acordo com a Ementa.

07 - Participação em Aumento de Capital de Entidades Industriais
De acordo com a Ementa.

08 - Participação em Aumento de Capital de Entidades Agrícolas
De acordo com a Ementa.

4.1.9.0 - DIVERSOS INVESTIMENTOS

Despesas decorrentes de Sentenças Judiciárias e de Exercícios Anteriores classificáveis como Investimentos.

4.1.9.1 - Sentenças Judiciárias
Cumprimento do art. 117, e seus parágrafos, da Constituição Federal.

4.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesas com investimentos de exercícios anteriores, que venham a ser apuradas após o término de cada exercício orçamentário, ou ainda que se incluam nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação complementar.

4.2.0.0 - INVERSÕES FINANCEIRAS

Dotações destinadas a: aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

4.2.1.0 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Exceto aqueles necessários à realização de obras, os quais deverão ser classificados em 4.1.1.0 visto que se integram como fonte de investimentos.

01 - Prédios
Aquisição e desapropriação de prédios, para utilização.

02 - Terrenos
Aquisição e desapropriação de terrenos, para utilização.

4.2.2.0 - AQUISIÇÃO DE OUTROS BENS DE CAPITAL JÁ EM UTILIZAÇÃO

Inversão Financeira com a aquisição de bens de capital já utilizados, que não sejam imóveis ou para revenda.

4.2.3.0 - AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA

Inversão realizada com a aquisição de bens para revenda a terceiros.

4.2.4.0 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITOS

De acordo com a Ementa.

4.2.5.0 - AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO

Inversão Financeira através da qual a Administração adquire ações, títulos ou quotas de qualquer tipo de sociedade, desde que tais títulos não representem constituição nem aumento de capital.

4.2.6.0 - CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS COMERCIAIS OU FINANCEIRAS

Despesas resultantes da participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras, conforme o § 5º do artigo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

01 - Participação em Constituição de Capital de Empresas Comerciais
De acordo com a Ementa.

02 - Participação em Constituição de Capital de Empresas Financeiras
De acordo com a Ementa.

03 - Participação em Aumento de Capital de Empresas Comerciais
De acordo com a Ementa.

04 - Participação em Aumento de Capital de Empresas Financeiras
De acordo com a Ementa.

05 - Participação em Constituição de Capital de Entidades Comerciais
De acordo com a Ementa.

06 - Participação em Constituição de Capital de Entidades Financeiras
De acordo com e Ementa.

07 - Participação em Aumento de Capital de Entidades Comerciais
De acordo com a Ementa.

08 - Participação em Aumento de Capital de Entidades Financeiras
De acordo com a Ementa.

4.2.7.0 - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

Inclusive bolsas de estudo reembolsáveis.

01 - Empresas Industriais
De acordo com a Ementa.

02 - Empresas Agrícolas
De acordo com a Ementa.

03 - Empresas Comerciais
De acordo com a Ementa.

04 - Empresas Financeiras
De acordo com a Ementa.

05 - Enidades Industriais
De acordo com a Ementa.

06 - Entidades Agrícolas
De acordo com a Ementa

07 - Entidades Comerciais
De acordo com a Ementa.

08 - Entidades Financeiras
De acordo com a Ementa.

4.2.8.0 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS

Depósito restituíveis em geral.

4.2.9.0 - DIVERGAS INVERSÕES FINANCEIRAS

Despesas decorrentes de Sentenças Judiciárias e de Exercícios Anteriores classificáveis como Inversões Financeiras.

4.2.9.1 - Sentenças Judiciárias
Cumprimento do artigo 117 e seus parágrafos da Constituição Federal.

4.2.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesas com Inversões Financeiras de exercícios anteriores, que venham a ser apuradas após o término de cada exercício ou ainda que se incluam nos termos do ar-

tigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação complementar.

4.3.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente da contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento para amortização da dívida pública.

4.3.1.0 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS

Transferências feitas no âmbito de cada governo.

4.3.1.1 - Auxílios para Despesas de Capital
Transferências decorrentes da Lei de Orçamento.

01 - Auxílios para Investimentos
De acordo com a Ementa.

02 - Auxílios para Inversões Financeiras
De acordo com a Ementa.

03 - Auxílios para Amortização da Dívida Interna
De acordo com a Ementa.

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa
De acordo com a Ementa.

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital
De acordo com a Ementa.

4.3.1.2 - Contribuições para Despesas de Capital
Transferências feitas em decorrência de Lei específica que não a de orçamento.

4.3.1.3 - Contribuições a Fundos
Transferências feitas a Fundos nos termos da legislação vigente.

01 - Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE
Financiamento a programas de desenvolvimento, nos termos dos artigos 209 e 210 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.

02 - Fundo de Desenvolvimento a Programas de Habitação Popular - FUNDHAP
Financiamento a programas de habitação popular, nos termos do art. 2º, item III do Decreto nº 6.008, de 26 de dezembro de 1963.

03 - Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Distrito Federal - FAE
Financiamento a programas de ampliação, implantação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotos, nos termos da Lei nº 6.254, de 22 de outubro de 1975.

04 - Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Distrito Federal - FUNDO-IDR
Financiamento à entidade específica de desenvolvimento de Recursos Humanos do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 6.611, de 07 de dezembro de 1978.

4.3.1.4 - Auxílios aos Territórios
Transferências decorrentes da Lei de Orçamento.

4.3.1.5 - Contribuições aos Territórios
Transferências feitas em decorrência de Lei específica que não a de orçamento.

4.3.2.0 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

Transferências feitas de um nível de governo a outro, ou entre Estados ou entre Municípios.

4.3.2.1 - Transferências à União
Transferências feitas à União pelo Distrito Federal.

4.3.2.2 - Transferências a Estados
Transferências feitas a Estados pelo Distrito Federal.

01 - Auxílios para Investimentos
De acordo com a Ementa.

02 - Auxílios para Inversões Financeiras
De acordo com a Ementa.

03 - Auxílios para Amortização da Dívida Interna
De acordo com a Ementa.

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa
De acordo com a Ementa.

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital
De acordo com a Ementa.

06 - Contribuições para Despesas de Capital
Transferências decorrentes de Lei específica que não a de orçamento.

4.3.2.3 - Transferências a Municípios
Transferências feitas a Municípios pelo Distrito Federal.

01 - Auxílios para Investimentos
De acordo com a Ementa.

02 - Auxílios para Inversões Financeiras
De acordo com a Ementa.

03 - Auxílios para Amortização da Dívida Interna
De acordo com a Ementa.

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa
De acordo com a Ementa.

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital
De acordo com a Ementa.

06 - Contribuições para Despesas de Capital
Transferências decorrentes de Lei específica que não a de orçamento.

4.3.2.4 - Transferências a Instituições Multigovernamentais
Transferências feitas a entidades criadas entre Estados e/ou Municípios e/ou diferentes níveis de governo.

01 - Auxílios para Investimentos
De acordo com a Ementa.

02 - Auxílios para Inversões Financeiras
De acordo com a Ementa.

03 - Auxílios para Amortização da Dívida Interna
De acordo com a Ementa.

04 - Auxílios para Amortização da Dívida Externa
De acordo com a Ementa.

05 - Auxílios para Outras Despesas de Capital
De acordo com a Ementa.

06 - Contribuições para Despesas de Capital
Transferências decorrentes de Lei específica que não a de orçamento.

4.3.3.0 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Transferências feitas a entidades de direito privado, destinadas a cobrir Despesas de Capital, segundo derivem diretamente da Lei de Meios ou de lei especial anterior.

4.3.3.1 - Auxílios para Despesas de Capital
Transferências decorrentes da Lei de Orçamento.

01 - Auxílios para Investimentos
De acordo com a Ementa.

4.3.3.2 - Contribuições para Despesas de Capital
Transferências decorrentes de lei específica que não a de orçamento.

4.3.4.0 - TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR

Transferências de Capital feitas a Governos estrangeiros e a Organismos e Fundos Internacionais.

4.3.4.1 - Transferências a Governos
Transferências feitas a Governos estrangeiros.

4.3.4.2 - Transferências a Organismos Internacionais
Inclusive organismos que tenham sede ou recebam os recursos no Brasil.

4.3.4.3 - Transferências a Fundos Internacionais
Transferências feitas de acordo com a legislação vigente ou com acordos internacionais.

4.3.5.0 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

Despesas com amortização da dívida interna e resgate de Títulos do Tesouro, inclusive Correção Monetária dos mesmo.

4.3.5.1 - Amortização da Dívida Contratada
Admite-se o valor da amortização já corrigido nos termos do contrato.

4.3.5.2 - Resgate de Títulos do Tesouro
De acordo com a Ementa.

4.3.5.3 - Correções sobre Títulos do Tesouro
De acordo com a Ementa.

4.3.5.4 - Outras Amortizações
De acordo com a Ementa.

4.3.6.0 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

Despesas com amortização da dívida externa e resgate de Títulos do Tesouro, inclusive Correção Monetária dos mesmos.

4.3.6.1 - Amortização de Dívida Contratada
De acordo com a Ementa.

4.3.6.2 - Resgate de Títulos do Tesouro
De acordo com a Ementa.

4.3.6.3 - Correções Sobre Títulos do Tesouro
De acordo com a Ementa.

4.3.7.0 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Despesas com a cobertura da diferença entre o valor orçado e o real a ser transferido ao exterior para atendimento de compromissos assumidos.

4.3.9.0 - DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Despesas decorrentes de Sentenças Judiciárias e de Exercícios anteriores classificáveis como Transferências de Capital.

4.3.9.1 - Sentenças Judiciárias
Cumprimento do artigo 117 e seus parágrafos da Constituição Federal.

4.3.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores
Despesas com Transferências de Capital de exercícios anteriores, e que venham a ser apuradas após o término de cada exercício ou ainda que se incluam nos termos do artigo 37, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e legislação complementar.

DECRETO N.o 10048 **DE** 31 **DE** dezembro **DE** 19 86

Aprova a Programação Financeira de Desembolso para o exercício financeiro de 1 987.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, item II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1 960 e tendo em vista o disposto no artigo 8º, item II, da Lei nº 7.546, de 03 de dezembro de 1 986 e no artigo 47, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - A Programação Financeira de Desembolso Para o exercício financeiro de 1 987, na forma constante do Anexo deste Decreto, não poderá exceder a Cz$ 7.644.215.000,00 (sete bilhões, seiscentos e quarenta e quatro milhões, duzentos e quinze mil cruzados), salvo se o comportamento da receita o permitir.

Art. 2º - Os quantitativos trimestrais para as despesas a programar, quanto aos recursos da Administração Indireta e

Fundações, serão estabelecidos mediante Ato dos órgãos interessados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1 98
97º da República e 26º de Brasília

Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAUJO

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 10048 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO

EXERCÍCIO DE 1987

COTA FINANCEIRA / TRIMESTRE	I	II	III	IV	A PROGRAMAR	T O T A L
PROGRAMADA						
Recursos do Tesouro	1.698.480	1.813.040	2.222.990	1.351.455		7.085.965
Receita da Administração Indireta e Fundações					558.250	558.250
TOTAL GERAL	1.698.480	1.813.040	2.222.990	1.351.455	558.250	7.644.215

DECRETO N.o 10049 **DE** 31 **DE** dezembro **DE 19** 86

Aprova as Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias relativas ao exercício de 1987.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 50 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, combinado com o artigo 8º , do Decreto nº 10046 ,de 31 de dezembro de 1986.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam aprovadas, na forma dos quadros anexos, as Cotas Trimestrais de Despesa que cada Unidade Orçamentária está autorizada a utilizar no exercício de 1987.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de dezembro de 1986.
98º da República e 26º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
01001	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	16.891.750	20.182.750	17.651.750	10.998.750	65.725.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	15.470.000	18.761.000	16.230.000	9.577.000	60.038.000
	- Outras Despesas Correntes	1.421.750	1.421.750	1.421.750	1.421.750	5.687.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
11001	GABINETE DO GOVERNADOR	10.101.000	11.739.000	11.361.000	11.525.000	44.726.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	7.655.000	9.521.000	9.375.000	9.940.000	36.491.000
	- Outras Despesas Correntes	2.446.000	2.218.000	1.986.000	1.585.000	8.235.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
11003	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO	5.500.000	4.888.000	4.080.000	3.072.000	17.540.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.900.000	3.200.000	2.600.000	1.573.000	11.273.000
	- Outras Despesas Correntes	1.600.000	1.688.000	1.480.000	1.499.000	6.267.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
11004	INSTITUTO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA DO DISTRITO FEDERAL	611.600	445.300	394.300	341.800	1.793.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	206.600	332.300	331.300	331.800	1.202.000
	- Outras Despesas Correntes	105.000	113.000	63.000	10.000	291.000
	- Despesas de Capital	300.000	- 0 -	- 0 -	- 0 -	300.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
12001	PROCURADORIA GERAL	12.131.000	12.750.000	14.179.000	13.866.000	52.926.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	9.900.000	10.500.000	11.500.000	12.632.000	44.532.000
	- Outras Despesas Correntes	2.230.000	2.250.000	2.679.000	1.234.000	8.393.000
	- Despesas de Capital	1.000	- 0 -	- 0 -	- 0 -	1.000
13001	SECRETARIA DO GOVERNO	22.178.500	21.858.500	21.827.500	17.424.500	83.289.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	8.277.500	8.357.500	8.357.500	3.837.500	28.830.000
	- Outras Despesas Correntes	13.901.000	13.099.000	13.470.000	13.587.000	54.457.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	2.000	- 0 -	- 0 -	2.000
13002	SECRETARIA DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS - COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN	12.600.000	6.600.000	500.000	114.000	19.814.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.000.000	6.000.000	- 0 -	- 0 -	18.000.000
	- Outras Despesas Correntes	600.000	600.000	500.000	114.000	1.814.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
13003	ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATELITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE	1.900.000	2.400.000	2.700.000	650.000	7.650.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.400.000	1.400.000	1.400.000	231.000	4.431.000
	- Outras Despesas Correntes	500.000	1.000.000	1.300.000	419.000	3.219.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1ºTRIMESTRE	2ºTRIMESTRE	3ºTRIMESTRE	4ºTRIMESTRE	
13004	REGIÃO ADNINISTRATIVA II - GAMA	3.864.500	3.864.500	3.864.500	3.240.500	14.834.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.864.500	2.864.500	2.864.500	2.256.500	10.850.000
	- Outras Despesas Correntes	1.000.000	1.000.000	1.000.000	984.000	3.984.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
13005	REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA	7.000.000	7.000.000	6.650.000	1.511.000	22.161.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.000.000	5.000.000	4.650.000	- 0 -	14.650.000
	- Outras Despesas Correntes	2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.511.000	7.511.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
13006	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA	1.637.000	1.487.000	1.417.000	1.387.000	5.928.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.187.000	1.187.000	1.187.000	1.187.000	4.748.000
	- Outras Despesas Correntes	450.000	300.000	230.000	200.000	1.180.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
13007	REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO	3.300.000	3.300.000	3.192.000	1.047.000	10.839.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.700.000	2.700.000	2.700.000	755.000	8.855.000
	- Outras Despesas Correntes	600.000	600.000	492.000	292.000	1.984.000
	- Despesas de capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
13008	REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA	3.372.000	3.378.500	1.304.000	612.500	8.667.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.372.000	2.378.500	304.000	75.500	5.130.000
	- Outras Despesas Correntes	1.000.000	1.000.000	1.000.000	537.000	3.537.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
13009	ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	3.205.000	3.205.000	3.025.000	1.361.000	10.796.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.205.000	2.205.000	2.205.000	1.130.000	7.745.000
	- Outras Despesas Correntes	1.000.000	1.000.000	820.000	231.000	3.051.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
13010	ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA	4.200.000	4.300.000	2.754.000	1.691.000	12.945.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.200.000	2.200.000	754.000	- 0 -	5.154.000
	- Outras Despesas Correntes	2.000.000	2.100.000	2.000.000	1.691.000	7.791.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
14001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	91.041.620	100.226.593	95.432.949	63.132.838	349.834.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	74.885.000	75.504.000	75.504.000	49.288.000	275.181.000
	- Outras Despesas Correntes	16.156.620	24.722.593	19.928.949	13.844.838	74.653.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
14002	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	5.080.286	4.440.488	3.965.738	3.529.488	17.016.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.600.000	3.500.000	3.400.000	3.072.000	13.572.000
	- Outras Despesas Correntes	1.480.286	940.488	565.738	456.488	3.443.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	1.000	1.000
15001	SECRETARIA DE FINANÇAS	61.400.000	65.280.000	372.180.000	280.695.000	779.555.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	29.000.000	29.000.000	29.000.000	16.000.000	103.000.000
	- Outras Despesas Correntes	8.000.000	18.000.000	68.000.000	45.440.000	139.440.000
	- Despesas de Capital	24.400.000	18.280.000	275.180.000	219.255.000	537.115.000
16001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.928.500	8.824.000	6.762.000	8.593.500	31.108.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	6.408.500	8.411.000	6.411.000	8.409.500	29.640.000
	- Outras Despesas Correntes	520.000	413.000	351.000	184.000	1.468.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
16002	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	423.000.000	463.000.000	505.500.000	365.803.000	1.757.303.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	400.000.000	450.000.000	480.000.000	335.803.000	1.665.803.000
	- Outras Despesas Correntes	23.000.000	13.000.000	25.500.000	30.000.000	91.500.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	-

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
17001	SECRETARIA DE SAÚDE	12.900.000	12.631.000	12.540.000	12.021.000	50.092.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.400.000	12.200.000	12.200.000	11.821.000	48.621.000
	- Outras Despesas Correntes	500.000	431.000	340.000	200.000	1.471.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
17002	SECRETARIA DE SAÚDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	380.013.500	370.013.500	420.000.000	324.503.000	1.494.530.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	330.000.000	350.000.000	350.000.000	222.538.000	1.252.538.000
	- Outras Despesas Correntes	50.000.000	20.000.000	70.000.000	101.965.000	241.965.000
	- Despesas de Capital	13.500	13.500	- 0 -	- 0 -	27.000
17003	INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	7.201.000	7.058.000	6.950.000	5.331.000	26.540.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	6.500.000	6.500.000	6.500.000	4.881.000	24.381.000
	- Outras Despesas Correntes	700.000	558.000	450.000	450.000	2.158.000
	- Despesas de Capital	1.000	- 0 -	- 0 -	- 0 -	1.000
18001	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS	3.084.000	2.769.000	2.756.000	1.149.000	9.758.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.614.000	2.614.000	2.614.000	1.058.000	8.900.000
	- Outras Desepsas Correntes	470.000	155.000	142.000	91.000	858.000
	- despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
18002	SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS - FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DF	39.840.000	41.586.000	33.376.000	33.013.000	147.815.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	29.460.000	33.205.000	27.268.000	27.267.000	117.200.000
	- Outras Despesas Correntes	10.380.000	8.381.000	6.108.000	5.746.000	30.615.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
19001	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	20.127.500	17.751.500	31.000.000	21.682.000	90.561.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.376.000	10.000.000	9.000.000	- 0 -	31.376.000
	- Outras Despesas Correntes	2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.682.000	7.682.000
	- Despesas de Capital	5.571.500	5.571.500	20.000.000	20.000.000	51.503.000
19002	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	46.521.000	50.402.000	44.402.000	5.424.000	146.749.000
	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP					
	- Pessoal e Encargos Sociais	30.000.000	35.000.000	30.000.000	- 0 -	95.000.000
	- Outras Despesas Correntes	997.000	500.000	250.000	250.000	1.997.000
	- Despesas de Capital	760.000	500.000	250.000	250.000	1.760.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF					
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.902.000	12.902.000	12.902.000	3.924.000	42.630.000
	- Outras Despesas Correntes	1.361.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.361.000
	- Despesas de Capital	501.000	500.000	- 0 -	- 0 -	1.001.000
20001	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	31.844.000	22.861.000	45.310.000	18.150.000	118.165.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	6.210.000	6.255.000	6.210.000	1.145.000	19.820.000
	- Outras Despesas Correntes	17.634.000	9.606.000	33.700.000	12.000.000	72.940.000
	- Despesas de Capital	8.000.000	7.000.000	5.400.000	5.005.000	25.405.000
20003	ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA - AERB	3.000.000	3.308.000	2.972.000	300.000	9.580.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.300.000	2.608.000	2.400.000	- 0 -	7.308.000
	- Outras Despesas Correntes	700.000	700.000	572.000	300.000	2.272.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
20004	SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA - SLU	32.139.000	32.000.000	31.305.000	1.610.000	97.054.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	25.832.000	25.000.000	25.000.000	- 0 -	75.832.000
	- Outras Despesas correntes	6.305.000	7.000.000	6.305.000	1.610.000	21.220.000
	- Despesas de Capital	2.000	- 0 -	- 0 -	- 0 -	2.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1ºTRIMESTRE	2ºTRIMESTRE	3ºTRIMESTRE	4ºTRIMESTRE	
21001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO	2.490.900	2.710.500	2.476.700	1.932.900	9.611.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.120.900	2.320.500	2.136.700	1.680.900	8.259.000
	- Outras Despesas Correntes	370.000	390.000	340.000	252.000	1.352.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
21002	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	27.272.000	29.902.500	24.248.000	17.342.500	98.765.000
	FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL-FZDF					
	- Pessoal e Encargos Sociais	17.760.000	20.260.000	17.760.000	15.865.000	71.645.000
	- Outras Despesas Correntes	3.562.000	3.684.500	3.703.000	1.469.500	12.419.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	8.000	- 0 -	8.000	16.000
	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/DF					
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.150.000	5.150.000	2.560.000	- 0 -	12.860.000
	- Outras Despesas Correntes	800.000	800.000	225.000	- 0 -	1.825.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
22001	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	132.001.000	136.000.000	163.004.000	6.205.000	437.210.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	126.000.000	130.000.000	156.004.000	- 0 -	412.004.000
	- Outras de Despesas Correntes	6.000.000	6.000.000	7.000.000	6.205.000	25.205.000
	- Despesas de Capital	1.000	- 0 -	- 0 -	- 0 -	1.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
22002	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF	16.501.000	15.500.000	3.390.000	- 0 -	35.391.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	12.500.000	12.500.000	2.878.000	- 0 -	27.878.000
	- Outras Despesas Correntes	4.000.000	3.000.000	512.000	- 0 -	7.512.000
	- Despesas de Capital	1.000	- 0 -	- 0 -	- 0 -	1.000
22003	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	135.918.000	156.092.000	182.740.000	45.243.000	519.993.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	110.250.000	125.250.000	149.200.000	15.000.000	399.700.000
	- Outras Despesas Correntes	24.882.000	30.056.000	32.640.000	29.237.000	116.815.000
	- Despesas de Capital	786.000	786.000	900.000	1.006.000	3.478.000
22004	CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	79.357.000	83.854.000	70.018.000	58.006.000	291.235.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	55.590.000	60.424.000	67.674.000	58.006.000	241.694.000
	- Outras Despesas Correntes	22.497.000	23.430.000	2.344.000	- 0 -	48.271.000
	- Despesas de Capital	1.270.000	- 0 -	- 0 -	- 0 -	1.270.000
23001	SECRETARIA DE CULTURA	1.365.500	1.397.500	427.500	159.500	3.350.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	917.500	917.500	207.500	7.500	2.050.000
	- Outras Despesas Correntes	278.000	365.000	210.000	147.000	1.000.000
	- Despesas de Capital	170.000	115.000	10.000	5.000	300.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
23002	SECRETARIA DE CULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS - FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL	10.021.000	12.241.000	8.241.000	6.804.000	37.307.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	7.720.000	7.720.000	6.556.000	6.804.000	28.800.000
	- Outras Despesas Correntes	2.301.000	4.521.000	1.685.000	- 0 -	8.507.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
23003	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	700.000	702.000	91.000	- 0 -	1.493.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	600.000	602.000	- 0 -	- 0 -	1.202.000
	- Outras Despesas Correntes	100.000	100.000	91.000	- 0 -	291.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
24001	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	1.570.000	1.386.000	310.000	84.000	3.350.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.063.000	939.000	47.000	1.000	2.050.000
	- Outras Despesas Correntes	216.000	438.000	263.000	83.000	1.000.000
	- Despesas de Capital	291.000	9.000	- 0 -	- 0 -	300.000
24002	DEPARTAMENTO DE TURISMO	5.578.000	5.236.000	3.650.000	1.493.000	15.957.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.578.000	3.000.000	2.720.000	1.080.000	9.378.000
	- Outras Despesas Correntes	3.000.000	2.236.000	930.000	413.000	6.579.000
	- Despesas de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

ÓDIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cz$ 1,00				TOTAL
		1ºTRIMESTRE	2ºTRIMESTRE	3ºTRIMESTRE	4ºTRIMESTRE	
25001	SECRETARIA DO TRABALHO	2.874.000	1.090.000	545.000	435.000	4.944.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.010.000	760.000	165.000	115.000	2.050.000
	- Outras Depesas Correntes	1.793.000	200.000	300.000	300.000	2.593.000
	- Despesas de Capital	71.000	130.000	80.000	20.000	301.000
26001	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.561.500	2.842.000	212.500	165.000	7.782.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.012.500	1.017.500	12.500	7.500	2.050.000
	- Outras Despesas Correntes	3.449.000	1.695.000	150.000	138.000	5.432.000
	- Despesas de Capital	100.000	130.000	50.000	20.000	300.000
39000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.600.000	54.284.000	54.400.000	- 0 -	114.284.000
	TOTAL GERAL	**1.698.422.656**	**1.812.787.631**	**2.223.105.437**	**1.351.649.276**	**7.085.965.000**
	R E S U M O					
	Pessoal e Encargos Sociais	1.406.097.000	1.510.166.300	1.550.788.000	827.299.700	5.294.351.000
	Outras Despesas Correntes	244.305.656	215.112.331	316.047.437	278.779.576	1.054.245.000
	Despesas de Capital	42.420.000	33.225.000	301.870.000	245.570.000	623.085.000
	Reserva de Contingência	5.600.000	54.284.000	54.400.000	- 0 -	114.284.000
	T O T A L	**1.698.422.656**	**1.812.787.631**	**2.223.105.437**	**1.351.649.276**	**7.085.965.000**

DECRETO N.o 10050 **DE** 31 **DE** dezembro **DE 19** 86

Aprova para o exercício de 1987 , os Orçamentos Sintéticos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, Inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o parágrafo único do Art. 6º, da Lei nº 7.546, de 03 de dezembro de 1986.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam aprovados, na forma dos quadros anexos, os Orçamentos Sintéticos das Fundações e dos Órgãos da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal para o exercício de 1987.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário e, em especial, o Decreto nº 9325, de 14 de março de 1986.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 1986.
98º da República e 27º de Brasília.

Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURELIO MARTINS ARAÚJO

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.1

43000 - SECRETARIA DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

43031 - COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL — EXERCICIO DE 1987 — EM CZS 1.000

RECEITA			DESPESA	
CATEGORIA ECONOMICA - FONTE			FUNCAO-PROGRAMA-SUBPROGRAMA-PROJETO/ATIVIDADE	
1000.00.00.	RECEITAS CORRENTES	130.973	FUNCAO 5 - ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	125.395
			PROGRAMA 7 - ADMINISTRACAO	66.516
1500.00.00.	RECEITA INDUSTRIAL	7.125	SUBPROGRAMA 21 - ADMINISTRACAO GERAL	539
			5036 - PROGRAMACAO VISUAL	539
1520.00.00.	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	7.125	SUBPROGRAMA 22 - DOCUMENTACAO E BIBLIOGRAFIA	436
			5041 - SISTEMA DE MICROFILMAGEM E DOCUMENTACAO	436
1520.29.00.	INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	7.125	SUBPROGRAMA 24 - PROCESSAMENTO DE DADOS	55.491
			5030 - DESENVOLVIMENTO, OPERACAO E MANUTENCAO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	16.857
1700.00.00.	TRANSFERENCIAS CORRENTES	19.814	6025 - MANUTENCAO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.634
1710.00.00.	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	19.814		
			SUBPROGRAMA 25 - EDIFICACOES PUBLICAS	200
1712.00.00.	TRANSFERENCIAS DO DISTRITO FEDERAL	19.814	5043 - CONSTRUCAO DA NOVA SEDE DA CODEPLAN	200
			PROGRAMA 8 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA	781
1900.00.00.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.034	SUBPROGRAMA 30 - ADMINISTRACAO DE RECEITAS	731
			5039 - COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	781
			PROGRAMA 9 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	58.304
			SUBPROGRAMA 44 - INFORMACOES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS	10.718
			5032 - CARACTERIZACAO E DESTINACAO DO ESPACO FISICO	2.916
			5110 - IMPLANTACAO DE BASE DE DADOS DO DISTRITO FEDERAL	1.461
			6024 - MANUTENCAO DA BASE DE DADOS DO DISTRITO FEDERAL	6.341
			SUBPROGRAMA 45 - ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS	48.086
			2027 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ACAO GOVERNAMENTAL	45.186
			5034 - SISTEMA SOCIO-ECONOMICO	2.343
			6026 - PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	557
			FUNCAO 11 - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS	5.575
			PROGRAMA 62 - INDUSTRIA	5.575
			SUBPROGRAMA 347 - PRODUCAO INDUSTRIAL	5.575
			5040 - PRODUCAO GRAFICA PARA CLIENTES EXTERNOS	5.575
TOTAL		130.973	TOTAL	130.973

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.2

43000 - SECRETARIA DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

43001 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL --- EXERCICIO DE 1987 --- EM CZ$ 1.000

COD ESPECIFICACAO	G.D.F. FT-000	PROPRIOS FT-020	CONVENIOS C/ ORGAOS GDF FT-022	CONVENIOS FT-023	TOTAL
2027-APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ACAO GOVERNAMENTAL	19.814	1.165	24.207		45.186
5030-DESENVOLVIMENTO, OPERACAO E MANUTENCAO DE PROCESSAMENTO DE DADOS			16.857		16.857
5032-CARACTERIZACAO E DESTINACAO DO ESPACO FISICO			2.916		2.916
5033-CONSTRUCAO DA NOVA SEDE DA CODEPLAN			200		200
5034-SISTEMA SOCIO-ECONOMICO			1.666	677	2.343
5036-PROGRAMACAO VISUAL		339			339
5039-COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS E SERVICOS		78			78
5040-PRODUCAO GRAFICA PARA CLIENTES EXTERNOS		5.575			5.575
5041-SISTEMA DE MICROFILMAGEM E DOCUMENTACAO			486		485
5110-IMPLANTACAO DE BASE DE DADOS DO DISTRITO FEDERAL			1.461		1.461
6024-MANUTENCAO DA BASE DE DADOS DO DISTRITO FEDERAL			6.341		6.341
6025-MANUTENCAO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		661	47.973		48.634
6026-PROGRMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			557		557
TOTAL	19.814	7.818	102.664	677	130.973

EXERCICIO DE 1987 - QUADRO DE ORÇAMENTO SINTETICO NO.3 (CZ$1.000)

43000 - SECRETARIA DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
43001 - COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
43001.03070215.036	PROGRAMACAO VISUAL	3111.00	20	188	
		3113.00	20	122	
		3120.00	20	8	
		3131.00	20	15	
		3132.00	20	6	339
43001.03070225.041	SISTEMA DE MICROFILMAGEM E DOCUMENTACAO	3111.00	22	100	
		3113.00	22	32	
		3120.00	22	204	
		3132.00	22	120	
		4120.00	22	30	486
43001.03070245.030	DESENVOLVIMENTO, OPERACAO E MANUTENCAO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3111.00	22	9.852	
		3113.00	22	3.212	
		3120.00	22	9	
		3132.00	22	3.434	
		3192.00	22	300	16.357
43001.03070246.025	MANUTENCAO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3111.00	20	244	
		3111.00	22	18.863	
		3113.00	20	156	
		3113.00	22	6.673	
		3120.00	20	121	
		3120.00	22	3.220	
		3131.00	20	138	
		3131.00	22	1.390	
		3132.00	22	17.417	
		3192.00	22	500	48.534
43001.03070255.033	CONSTRUCAO DA NOVA SEDE DA CODEPLAN	4110.00	22	200	200
43001.03080305.039	COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	3111.00	20	44	
		3113.00	20	29	
		3120.00	20	2	
		3132.00	20	3	78
43001.03090445.032	CARACTERIZACAO E DESTINACAO DO ESPACO FISICO	3111.00	22	959	
		3113.00	22	644	
		3120.00	22	59	
		3131.00	22	122	
		3132.00	22	1.122	2.916
43001.03090445.110	IMPLANTACAO DE BASE DE DADOS DO DISTRITO FEDERAL	3111.00	22	431	
		3113.00	22	312	

EXERCICIO DE 1987 - QUADRO DE ORÇAMENTO SINTETICO NO.3 (CZ$1.000)

43000 - SECRETARIA DO GOVERNO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
43001 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
		3120.00	22	14	
		3131.00	22	320	
		3132.00	22	394	1.461
43001.03090446.024	MANUTENCAO DA BASE DE DADOS DO DISTRITO FEDERAL	3111.00	22	3.355	
		3113.00	22	1.724	
		3120.00	22	121	
		3131.00	22	411	
		3132.00	22	730	6.341
43001.03090452.027	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ACAO GOVERNAMENTAL	3111.00	20	20	
		3111.00	22	8.525	
		3111.01	00	13.500	
		3113.00	00	4.500	
		3113.00	22	668	
		3120.00	20	59	
		3120.00	22	4.372	
		3131.00	20	150	
		3131.00	22	1.095	
		3132.00	00	1.814	
		3132.00	20	1.071	
		3132.00	22	8.416	
		4110.00	22	154	
		4120.00	22	477	45.186
43001.03090455.034	SISTEMA SOCIO-ECONOMICO	3111.00	22	660	
		3111.00	23	331	
		3113.00	22	455	
		3113.00	23	170	
		3120.00	22	71	
		3120.00	23	45	
		3131.00	22	262	
		3132.00	22	216	
		3132.00	23	81	2.343
43001.03090456.026	PROGRMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	3280.00	22	557	557
43001.11623475.040	PRODUCAO GRAFICA PARA CLIENTES EXTERNOS	3111.00	20	2.190	
		3113.00	20	1.424	
		3120.00	20	1.313	
		3131.00	20	231	
		3132.00	20	214	
		4110.00	20	205	
		4120.00	20	206	5.575

RECURSOS ORDINARIOS	RECURSOS VINCULADOS	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
130.973		79.445	50.256	1.272	130.973

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.1

45000 - SECRETARIA DE FINANCAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

45301 - BANCO REGIONAL DE BRASILIA S.A. --- EXERCICIO DE 1987 --- EM CZ$ 1.000

RECEITA			DESPESA	
CATEGORIA ECONOMICA - FONTE			FUNCAO-PROGRAMA-SUBPROGRAMA-PROJETO/ATIVIDADE	
1000.00.00.	RECEITAS CORRENTES	45.410	FUNCAO 5 - ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	3.559.490
1900.00.00.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.410	PROGRAMA 7 - ADMINISTRACAO	960.350
1990.00.00.	RECEITAS DIVERSAS	45.410	SUBPROGRAMA 21 - ADMINISTRACAO GERAL	960.350
			6015 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA EMPRESA	960.350
			PROGRAMA 8 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.599.140
			SUBPROGRAMA 31 - ASSISTENCIA FINANCEIRA	16.530
			6018 - OPERACOES FINANCEIRAS ENVOLVENDO MOEDAS ESTRANGEIRAS	16.530
2000.00.00.	RECEITAS DE CAPITAL	3.514.080		
2100.00.00.	OPERACOES DE CREDITO	3.514.080	SUBPROGRAMA 32 - CONTROLE INTERNO	679.250
			5085 - APLICACAO DO "SUPERAVIT" FINANCEIRO	679.250
			SUBPROGRAMA 33 - DIVIDA INTERNA	1.853.020
			6016 - AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA ORIUNDOS DE OPERACOES FINANCEIRAS	1.853.020
			SUBPROGRAMA 34 - DIVIDA EXTERNA	50.340
			6017 - AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA EXTERNA E TRANSACOES COM MOEDAS ESTRANGEIRAS	50.340
TOTAL		3.559.490	TOTAL	3.559.490

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.2

45000 - SECRETARIA DE FINANCAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

45001 - BANCO REGIONAL DE BRASILIA S.A. --- EXERCICIO DE 1987 --- EM CZ$ 1.000

COD ESPECIFICACAO	OC C/OUTROS FT-025	PROPRIOS FT-020	TOTAL
5085-APLICACAO DO "SUPERAVIT" FINANCEIRO	679.250		679.250
6015-MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA EMPRESA	914.940	45.410	960.350
6016-AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA ORIUNDOS DE OPERACOES FINANCEIRAS	1.853.020		1.853.020
6017-AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA EXTERNA E TRANSACOES COM MOEDAS ESTRANGEIRAS	50.340		50.340
6018-OPERACOES FINANCEIRAS ENVOLVENDO MOEDAS ESTRANGEIRAS	16.530		16.530
TOTAL	3.514.080	45.410	3.559.490

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

EXERCICIO DE 1987 - QUADRO DE ORÇAMENTO SINTETICO NO.3 (CZSI-000)

45000 - SECRETARIA DE FINANCAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
45001 - BANCO REGIONAL DE BRASILIA S.A.

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
45001.03070216.015	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA EMPRESA	3111.00	25	567.070	
		3113.00	25	150.570	
		3120.00	25	6.300	
		3131.00	25	900	
		3132.00	20	45.410	
		3132.00	25	169.700	
		3266.00	25	20.400	960.350
45001.03080316.018	OPERACOES FINANCEIRAS ENVOLVENDO MOEDAS ESTRANGEIRAS	4230.00	25	16.530	16.530
45001.03080325.085	APLICACAO DO "SUPERAVIT" FINANCEIRO	4130.00	25	679.250	679.250
45001.03080336.016	AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA ORIUNDOS DE OPERACOES FINANCEIRAS	4350.00	25	1.853.020	1.853.020
45001.03080346.017	AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA EXTERNA E TRANSACOES COM MOEDAS ESTRANGEIRAS	4360.00	25	50.340	50.340

RECURSOS ORDINARIOS	RECURSOS VINCULADOS	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
3.559.490		717.640	242.710	2.599.140	3.559.490

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.1

46000 - SECRETARIA DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

46001 - FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF — --- EXERCICIO DE 1987 --- — EM CZ$ 1.000

RECEITA			DESPESA	
CATEGORIA ECONOMICA - FONTE			FUNCAO-PROGRAMA-SUBPROGRAMA-PROJETO/ATIVIDADE	
1000.00.00.	RECEITAS CORRENTES	1.757.303	FUNCAO 8 - EDUCACAO E CULTURA	1.777.856
1700.00.00.	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.757.303	PROGRAMA 7 - ADMINISTRACAO	475.385
1710.00.00.	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.757.303	SUBPROGRAMA 21 - ADMINISTRACAO GERAL	475.385
1712.00.00.	TRNSFERENCIAS DO DISTRITO FEDERAL	1.757.303	2038 - MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO EDUCACIONAL	475.385
			PROGRAMA 10 - CIENCIA E TECNOLOGIA	701
			SUBPROGRAMA 54 - PESQUISA FUNDAMENTAL	701
			1084 - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	701
			PROGRAMA 42 - ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	836.981
			SUBPROGRAMA 133 - ENSINO REGULAR	836.981
2000.00.00.	RECEITAS DE CAPITAL	20.553	1074 - CONSTRUCAO, REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU	22.110
2500.00.00.	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	20.553		
2530.00.00.	RECEITAS DE CONVENIOS	20.553	2039 - COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	814.871
			PROGRAMA 41 - ENSINO DE SEGUNDO GRAU	416.103
			SUBPROGRAMA 135 - ENSINO REGULAR	413.220
			2040 - COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	413.220
			SUBPROGRAMA 199 - ENSINO POLIVALENTE	2.883
			1079 - CONSTRUCAO, REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE SEGUNDO GRAU	2.883
			PROGRAMA 45 - ENSINO SUPLETIVO	305
			SUBPROGRAMA 217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	305
			1156 - PROGRAMA DE ESCOLA COMUNITARIA NAS CIDADES SATELITES	305
			PROGRAMA 46 - EDUCACAO FISICA E DESPORTOS	735
			SUBPROGRAMA 223 - EDUCACAO FISICA	735
			1028 - COLONIA DE FERIAS	735
			PROGRAMA 47 - ASSISTENCIA A EDUCANDOS	471
			SUBPROGRAMA 236 - LIVRO DIDATICO	471
			1091 - PROGRAMA DO LIVRO DIDATICO	471
			PROGRAMA 75 - SAUDE	48.229
			SUBPROGRAMA 427 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	47.541
			1082 - DISTRIBUICAU DA MERENDA ESCULAR	47.541
			SUBPROGRAMA 428 - ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	688
			1034 - PROGRAMA INTEGRADO DE SAUDE ESCOLAR	688
TOTAL		1.777.856	TOTAL	1.777.856

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.2

46000 - SECRETARIA DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

46001 - FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF — --- EXERCICIO DE 1987 --- — EM CZS 1.000

COD ESPECIFICACAO	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	CONVENIOS FT-023	TRANSFERENC. DA UNIAO FT-009	PROPRIOS FT-020		TOTAL
1028-COLONIA DE FERIAS	735					735
1034-PROGRAMA INTEGRADO DE SAUDE ESCOLAR	688					688
1074-CONSTRUCAO, REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU	12.110	10.000				22.110
1079-CONSTRUCAO, REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE SEGUNDO GRAU	2.883					2.883
1081-PROGRAMA DO LIVRO DIDATICO	47					47
1082-DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR	47.541					47.541
1084-DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	70					70
1156-PROGRAMA DE ESCOLA COMUNITARIA NAS CIDADES SATELITES	306					306
2038-MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO EDUCACIONAL	6.295		468.537	553		475.385
2039-COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	17.943	10.000	786.928			814.871
2040-COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	2.882		410.338			413.220
TOTAL	91.500	20.000	1.665.803	553		1.777.856

EXERCICIO DE 1987 - QUADRO DE ORÇAMENTO SINTETICO NO.3 (CZ31.000)

46000 - SECRETARIA DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
46001 - FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
46001.08070212.038	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA FUNDACAO EDUCACIONAL	3111.01	09	426.794	
		3111.02	09	9.334	
		3113.00	09	32.398	
		3120.00	02	2.559	
		3120.00	20	553	
		3131.00	02	301	
		3132.00	02	1.765	
		3192.00	02	61	
		3253.00	09	111	
		3280.00	02	1.935	475.385
46001.08100541.084	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	3120.00	03	101	
		3131.00	03	151	
		3132.00	03	451	701
46001.08421881.074	CONSTRUCAO, REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU	3120.00	03	4.263	
		3132.00	03	7.847	
		4110.00	23	10.000	22.110
46001.08421882.039	COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	3111.01	09	708.453	
		3111.02	09	15.492	
		3113.00	09	62.953	
		3120.00	03	6.424	
		3120.00	23	2.000	
		3131.00	03	221	
		3131.00	23	500	
		3132.00	02	2.299	
		3132.00	03	7.672	
		3132.00	23	1.000	
		3192.00	03	41	
		3290.00	03	1.522	
		4120.00	23	6.500	814.971
46001.08431882.040	COORDENACAO E MANUTENCAO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	3111.01	09	364.424	
		3111.02	09	7.969	
		3113.00	09	37.945	
		3120.00	02	1.029	
		3132.00	02	1.132	
		3280.00	02	721	413.220
46001.08431991.079	CONSTRUCAO, REPARO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DE SEGUNDO GRAU	3120.00	02	927	
		3132.00	02	1.956	2.883

EXERCICIO DE 1987 - QUADRO DE ORÇAMENTO SINTETICO NO.3 (Cz$1.000)

46000 - SECRETARIA DA EDUCACAO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
46001 - FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
46001.08452171.156	PROGRAMA DE ESCOLA COMUNITARIA NAS CIDADES SATELITES	3120.00	02	258	
		3131.00	02	21	
		3132.00	02	27	306
46001.08462231.028	COLONIA DE FERIAS	3132.00	03	735	735
46001.08472361.081	PROGRAMA DO LIVRO DIDATICO	3221.00	02	47	47
46001.08754271.082	DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR	3120.00	03	46.945	
		3132.00	03	596	47.541
46001.08754281.034	PROGRAMA INTEGRADO DE SAUDE ESCOLAR	3120.00	02	6391	
		3132.00	02	491	585

RECURSOS ORDINARIOS	RECURSOS VINCULADOS	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
20.553	1.757.303	1.665.803	95.553	16.500	1.777.856

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.1

47000 - SECRETARIA DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

47001 - FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL --- EXERCICIO DE 1987 --- EM CZ$ 1.000

RECEITA			DESPESA	
CATEGORIA ECONOMICA - FONTE			FUNCAO-PROGRAMA-SUBPROGRAMA-PROJETO/ATIVIDADE	
1000.00.00.	RECEITAS CORRENTES	1.710.081	FUNCAO 13 - SAUDE E SANEAMENTO	1.710.108
1600.00.00.	RECEITA DE SERVICOS	215.578	PROGRAMA 75 - SAUDE	1.710.108
1700.00.00.	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.494.503	SUBPROGRAMA 235 - BOLSAS DE ESTUDOS	4.844
			2011 - PROGRAMAS DE BOLSAS DE ESTUDOS A MEDICOS RESIDENTES	4.844
			SUBPROGRAMA 428 - ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA	1.705.264
			1193 - EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DA FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	1
2000.00.00.	RECEITAS DE CAPITAL	27		
2400.00.00.	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	27	2007 - ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE SOBRADINHO	103.127
			2044 - ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR-REGIONAL DE BRASILIA	828.770
			2111 - ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DA CEILANDIA	209.337
			2140 - ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE BRAZLANDIA	59.331
			2141 - ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE PLANALTINA	82.781
			2142 - ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DO GAMA	180.336
			2143 - ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE TAGUATINGA	241.581
TOTAL		1.710.108	TOTAL	1.710.108

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.2

47000 - SECRETARIA DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

47001 - FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL --- EXERCICIO DE 1987 --- EM CZ$ 1.000

COD ESPECIFICACAO	G.D.F. FT-000	TRANSFERENC. DA UNIAO FT-009	PROPRIOS FT-020	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO		TOTAL
1193-EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DA FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	1					1
2007-ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE SOBRADINHO	3.742	81.535	17.850			103.127
2011-PROGRAMAS DE BOLSAS DE ESTUDOS A MEDICOS RESIDENTES	4.844					4.844
2044-ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR-REGIONAL DE BRASILIA	31.182	653.757	104.771	39.060		828.770
2111-ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DA CEILANDIA	6.943	183.811	18.583			209.337
2140-ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE BRAZLANDIA	11.725	38.638	8.968			59.331
2141-ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE PLANALTINA	12.822	60.409	9.550			82.781
2142-ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DO GAMA	13.706	142.205	24.425			180.336
2143-ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE TAGUATINGA	17.467	192.683	31.431			241.581
TOTAL	102.432	1.353.038	215.578	39.060		1.710.108

EXERCICIO DE 1987 - QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.3 (CZ$1.000)

47000 - SECRETARIA DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
47001 - FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
47001.13752352.011	PROGRAMAS DE BOLSAS DE ESTUDOS A MEDICOS RESIDENTES	3132.00	00	1.610	
		3254.00	00	3.234	4.944
47001.13754281.193	EQUIPAMENTO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DA FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL	4120.00	00	1	1
47001.13754282.007	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE SOBRADINHO	3111.01	09	55.274	
		3113.00	09	16.261	
		3120.00	00	1.030	
		3120.00	09	10.000	
		3132.00	00	2.077	
		3132.00	20	17.850	
		3192.00	00	186	
		3259.00	00	218	
		3280.00	00	6261	103.127
47001.13754282.044	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR-REGIONAL DE BRASILIA	3111.01	09	481.583	
		3113.00	09	141.674	
		3120.09	00	1.500	
		3120.00	09	30.500	
		3132.00	00	21.000	
		3132.00	02	31.949	
		3132.00	20	104.771	
		3191.00	00	6.797	
		3191.00	02	7.071	
		3192.00	00	1921	
		3259.00	00	511	
		3261.00	00	71	
		3280.00	00	3.669	
		4551.00	00	261	828.770
47001.13754282.111	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DA CEILANDIA	3111.01	09	130.444	
		3113.00	09	38.367	
		3120.00	00	1.530	
		3120.00	09	15.000	
		3132.00	00	4.747	
		3132.00	20	18.593	
		3192.00	00	161	
		3259.00	00	271	
		3280.00	00	6511	209.337
47001.13754282.140	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE GAMA	3111.01	09	22.129	
		3113.00	09	6.539	
		3120.00	00	1.000	
		3120.00	09	10.000	

EXERCICIO DE 1987 - QUADRO DE ORÇAMENTO SINTETICO NO.3 (CZ31.000)

47000 - SECRETARIA DE SAUDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
47001 - FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
		3132.00	00	10.395	
		3132.00	20	8.968	
		3192.00	00	91	
		3257.00	00	171	
		3280.00	00	314	59.331
47001.13754282.141	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE PLANALTINA	3111.01	09	38.951	
		3113.00	09	11.458	
		3120.00	00	1.000	
		3120.00	09	10.000	
		3132.00	00	11.461	
		3132.00	20	9.550	
		3192.00	00	101	
		3259.00	00	161	
		3280.00	00	335	82.781
47001.13754282.142	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DO GAMA	3111.01	09	102.152	
		3113.00	09	30.053	
		3120.00	00	1.000	
		3120.00	09	10.000	
		3132.00	00	11.802	
		3132.00	20	24.425	
		3192.00	00	241	
		3259.00	00	251	
		3280.00	00	855	180.336
47001.13754282.143	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR - REGIONAL DE TAGUATINGA	3111.01	09	137.294	
		3113.00	09	40.389	
		3120.00	00	1.500	
		3120.00	09	15.000	
		3132.00	00	14.793	
		3132.00	20	31.431	
		3192.00	00	311	
		3259.00	00	421	
		3280.00	00	1.101	241.581

-RECURSOS ORDINARIOS-	-RECURSOS VINCULADOS-	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
318.010	1.392.098	1.252.538	457.543	27	1.710.108

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.1

48000 - SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

48201 - FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FSSDF --- EXERCICIO DE 1987 --- EM CZ$ 1.000

RECEITA			DESPESA	
CATEGORIA ECONOMICA - FONTE			FUNCAO-PROGRAMA-SUBPROGRAMA-PROJETO/ATIVIDADE	
1000.00.00.	RECEITAS CORRENTES	147.880	FUNCAO 15 - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	147.880
1300.00.00.	RECEITA PATRIMONIAL	65	PROGRAMA 81 - ASSISTENCIA	147.880
1700.00.00.	TRANSFERENCIAS CORRENTES	147.815	SUBPROGRAMA 21 - ADMINISTRACAO GERAL	128.120
1710.00.00.	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	147.815	2047 - EXECUCAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	128.120
1712.00.00.	TRANSFERENCIAS DO DISTRITO FEDERAL	147.815	SUBPROGRAMA 483 - ASSISTENCIA AO MENOR	15.295
			2110 - MANUTENCAO DE MENORES DECRETADA PELO PODER JUDICIARIO	4.479
			2115 - INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES	1.924
			2118 - PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES	8.299
			2144 - PROMOCAO DO ATENDIMENTO AO MENOR INFRATOR	593
			SUBPROGRAMA 487 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	4.465
			2119 - PROMOCAO DA ACAO COMUNITARIA	4.465
TOTAL		147.880	TOTAL	147.880

QUADRO DE ORCAMENTO SINTETICO NO.2

48000 - SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

48001 - FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FSSDF --- EXERCICIO DE 1987 --- EM CZ$ 1.000

COD ESPECIFICACAO	G.D.F. FT-000	PROPRIOS FT-020	TRANSFERENC. DO IRRF FT-029			TOTAL
2047-EXECUCAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	44.055	65	84.000			128.120
2110-MANUTENCAO DE MENORES DECRETADA PELO PODER JUDICIARIO	4.479					4.479
2115-INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES	1.924					1.924
2118-PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES	8.299					8.299
2119-PROMOCAO DA ACAO COMUNITARIA	4.465					4.465
2144-PROMOCAO DO ATENDIMENTO AO MENOR INFRATOR	593					593
TOTAL	63.815	65	84.000			147.890

EXERCICIO DE 1987 - QUADRO DE ORÇAMENTO SINTETICO NO.3 (CZ$1.000)

48000 - SECRETARIA DE SERVICOS SOCIAIS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
48001 - FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FSSDF

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
48001.15810212.047	EXECUCAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3111.01	00	34.000	
		3111.01	29	55.985	
		3111.02	29	2.032	
		3113.00	29	25.180	
		3120.00	00	3.255	
		3120.00	29	651	
		3120.00	29	800	
		3132.00	00	5.341	
		3192.00	00	130	
		3259.00	00	289	
		3280.00	00	1.040	128.120
48001.15814832.110	MANUTENCAO DE MENORES DECRETADA PELO PODER JUDICIARIO	3120.00	00	1.485	
		3132.00	00	197	
		3231.00	00	1.112	
		3259.00	00	1.685	4.479
48001.15814832.115	INICIACAO PROFISSIONAL DE MENORES	3120.00	00	948	
		3132.00	00	734	
		3259.00	00	182	1.924
48001.15814832.118	PROMOCAO DO ATENDIMENTO A MENORES CARENTES	3120.00	00	2.613	
		3132.00	00	1.026	
		3231.00	00	2.910	
		3259.00	00	1.748	8.299
48001.15814832.144	PROMOCAO DO ATENDIMENTO AO MENOR INFRATOR	3132.00	00	223	
		3259.00	00	370	593
48001.15814872.119	PROMOCAO DA ACAO COMUNITARIA	3120.00	00	941	
		3132.00	00	691	
		3231.00	00	1.455	
		3259.00	00	2.235	4.465

RECURSOS ORDINARIOS	RECURSOS VINCULADOS	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
63.880	84.000	117.200	30.680		147.580